

Apresentação

O Boletim Econômico Capixaba é uma publicação mensal do Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo (Ideies), entidade da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes) e apresenta as principais análises e indicadores da economia brasileira e capixaba.

Inicialmente é trazido o **Sumário Executivo**, que reúne as principais informações de cada seção do Boletim permitindo uma visualização mais rápida do panorama geral da conjuntura econômica do mês.

Após o Sumário Executivo, a primeira seção traz um Assunto em Destaque ou o texto de um Especialista Convidado. Neste mês, Fernando Pieroni é o **Especialista Convidado** e escreve sobre as concessões em parques, que podem cumprir um importante papel na promoção do desenvolvimento social e econômico do Brasil.

A segunda seção – **Atividade Econômica** – aborda os dados sobre a pandemia de Covid-19, os resultados do PIB e do IAE-Findes do 1º trimestre e os indicadores conjunturais dos setores econômicos no Brasil e no Espírito Santo. A seção conta ainda com **dois boxes** especiais. O primeiro sobre os resultados do Doing Business e o segundo sobre os avanços na vacinação contra a Covid-19.

Na terceira seção – **Desempenho Industrial** – são analisados os dados de abril para a produção física brasileira e capixaba. A seção ainda aborda os últimos dados divulgados referentes à produção de petróleo, gás natural e às exportações do setor industrial, às cotações das principais commodities produzidas no estado, às expectativas dos industriais capixabas e ao consumo e produção de energia elétrica no estado.

A quarta seção – **Preços, Juros e Crédito** – traz os números sobre a inflação do Brasil e da Grande Vitória, as taxas de juros, o spread e a inadimplência, além dos montantes de crédito no país e no estado.

A quinta seção – **Finanças Públicas Estaduais** – analisa os demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LFR), contextualizando o Espírito Santo entre as unidades federativas.

A última seção apresenta os **Comentários Finais**.

Por fim, estão dispostos no **Anexo 1** as informações complementares em tabela que auxiliarão na leitura e no entendimento das análises referentes à vacinação.

Além deste documento com as análises completas, o Ideies disponibiliza todo os gráficos e tabelas deste Boletim em formato de planilha, possibilitando uma outra forma de visualizar e interagir com os dados. Você pode baixar o arquivo em: <https://bit.ly/3h9dDvz>

Acesse toda a produção de estudos e informações do Ideies no nosso portal: <https://portaldaindustria-es.com.br/>.

Seções

Sumário Executivo	02
1. Especialista Convidado - Fernando Pieroni	05
2. Atividade Econômica	08
3. Desempenho Industrial	19
4. Preços, Juros e Crédito	24
5. Finanças Públicas Estaduais	34
6. Comentários Finais	38
Anexos	40

Sumário Executivo

Em junho foram divulgados os resultados do PIB do Brasil referente ao 1º trimestre de 2021 e do Indicador de Atividade do Espírito Santo, o IAE-Findes, que estima o PIB do estado também na periodicidade trimestral. No 1º trimestre do ano, a atividade econômica nacional cresceu 1,0% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, enquanto a economia capixaba permaneceu praticamente estável em 0,2%. Já em relação ao 4º trimestre de 2020, o PIB do Brasil e o IAE-Findes avançaram 1,2% e 1,1%, respectivamente, na série com o ajuste sazonal. No acumulado em 4 trimestres, ambos os indicadores apresentaram performances negativas, devido ao carregamento dos impactos negativos da pandemia sobre a economia nacional e estadual, sobretudo no período de abril a junho do ano passado. Sendo assim, nesta base de comparação, a atividade econômica brasileira e a estadual recuaram -5,2% e -3,8%, respectivamente.

As pesquisas setoriais mensais divulgadas em junho apresentam o desempenho da economia em abril,

portanto referentes ao início do 2º trimestre do ano. Em abril, o IBC-Br e o IBCR-ES, indicadores calculados pelo Banco Central e que são interpretados como uma prévia mensal do PIB, avançaram 0,44% e 0,88%, respectivamente, em relação a março nas séries com os ajustes sazonais. No Espírito Santo, com a exceção do comércio varejista restrito que permaneceu estável (0,0%), todos os demais setores avançaram na passagem de março para abril. No Brasil, à exceção da indústria, que recuou -1,3% nessa variação marginal, as demais atividades apresentaram desempenhos positivos.

Os resultados positivos dessas pesquisas somados ao bom desempenho do PIB do Brasil no 1º trimestre e aos fatores como o avanço na vacinação contra a Covid-19 e o repasse, cada vez menor, dos efeitos da pandemia sobre os setores econômicos, ajudam a explicar os aumentos das expectativas do PIB para este ano que se encontram em 5,05%, segundo o Relatório Focus do dia 25/06.

Tabela - Indicadores Econômicos (variações %)

Indicadores Mensais	Abr 2021 / Mar 2021 ¹	Abr 2021 / Abr 2020	Acumulada no ano	Acumulada em 12 meses
Índice de atividade econômica (IBC-BR)	0,44	15,92	4,77	-1,20
Índice de atividade econômica regional ES	0,88	15,37	5,40	-0,88
Produção Física da Indústria (PIM-PF) Brasil	-1,3	34,7	10,5	1,1
Produção Física da Indústria (PIM-PF) ES	0,9	26,1	1,7	-9,2
Volume de vendas do comércio (PMC) Brasil	1,8	23,8	4,5	3,6
Volume de vendas do comércio (PMC) ES	0,0	27,6	9,8	8,7
Volume de vendas do comércio varejista ampliado ² - Brasil	3,8	41,0	9,2	3,5
Volume de vendas do comércio varejista ampliado ² - ES	0,4	58,5	20,4	11,5
Volume de vendas de serviço (PMS) - Brasil	0,7	19,8	3,7	-5,4
Volume de vendas de serviço (PMS) - ES	3,1	12,4	3,3	-4,7

¹ Valores com ajuste sazonal ² Comércio Varejista Ampliado, que abrange os segmentos Veículos, Motos e Peças; Material para Construção e Varejo Restrito.

Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil

Especificamente sobre o desempenho da indústria, no Brasil a produção industrial acumulou alta de 1,1% em 12 meses encerrados em abril, primeiro resultado positivo nesta base de comparação desde fevereiro de 2019 (0,4%). Contudo, na variação marginal, como dito anteriormente, a indústria nacional retraiu -1,3%, 3ª queda consecutiva.

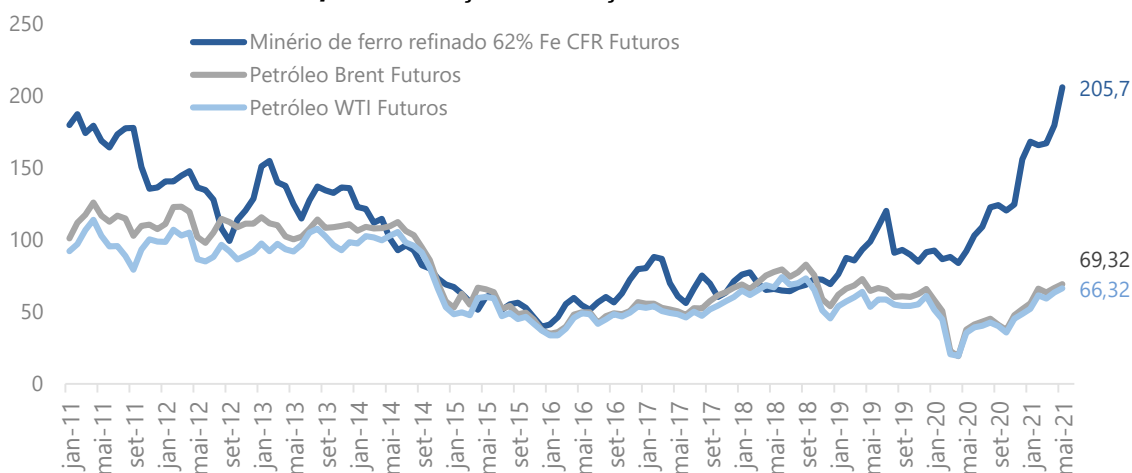
No Espírito Santo, a produção industrial manteve o registro de patamares negativos no acumulado em 12 meses, porém em taxas cada vez menores desde setembro último. No acumulado em 12 meses até abril, a indústria capixaba recuou -9,2%, influenciada pela queda de -28,7% na indústria extrativa, enquanto a indústria de transformação avançou 6,7% no período.

Na passagem de março para abril, a indústria do estado avançou 0,9%, devido aos desempenhos positivos tanto da indústria extrativa (2,1%), quanto da indústria de transformação (7,2%). Contudo, vale ressaltar que apenas essa última voltou a registrar os patamares pré-pandemia, ao passo que o setor industrial extrativo ainda opera em níveis inferiores ao início da pandemia.

Sobre a comercialização internacional da produção do Espírito Santo, as exportações industriais totalizaram 8,95 milhões de toneladas no acumulado de janeiro a

maio, quantidade -3,5% inferior à exportada no mesmo período de 2020. Contudo, em termos monetários, essas vendas somaram US\$ 2,87 bilhões, valor 46,9% superior ao do ano passado. O aumento do valor das vendas externas da indústria do Espírito Santo pode ser explicado pela trajetória de expansão da cotação das commodities. De janeiro a maio de 2021, frente aos mesmos meses de 2020, os preços dos contratos futuros de minério de ferro refinado cresceram 100,0%, os de bobina de aço expandiram 158,8%, os de petróleo Brent avançaram 70,7% e os de WTI aumentaram 76,1%.

Gráfico – Evolução da cotação das commodities



Fonte: Investing.com

Elaboração: Ideies/ Findes

Na cotação em moeda nacional, os preços das commodities mensurados por meio do Índice de Commodities do Banco Central (IC-Br) atingiu uma média de R\$ 335,97 em maio, valor 49% acima da média de maio de 2020 e 76% acima da média de maio de 2019.

Vale ressaltar que o IC-Br inclui não somente as commodities industriais citadas acima, como também outros metais e aquelas referentes aos setores energéticos e da agropecuária. Portanto, trata-se de um indicador que apura importantes preços que interferem na inflação brasileira.

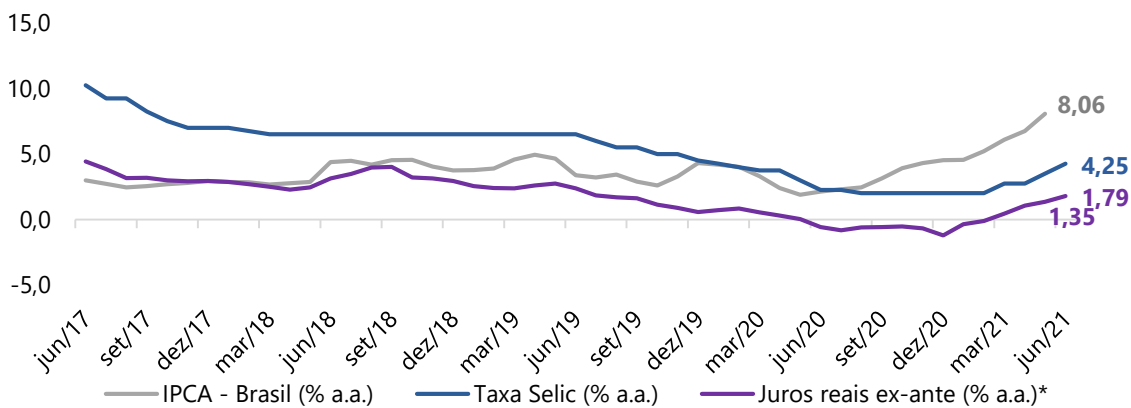
Mensurada pelo IPCA, a inflação do país acumulou alta de 8,06% em 12 meses até maio, acima da meta da inflação para o ano (de 3,75% com variação de 1,5 p.p. para cima ou para baixo). Na Grande Vitória, a inflação registrou alta de 8,84% no período. Tanto para o Brasil quanto para a RMGV, a recente aceleração nos preços administrados influenciou os resultados do IPCA. No país, os preços administrados acumulam alta de 13,09%, principalmente influenciada pelas elevações nos preços da energia elétrica residencial (11,63%), da gasolina (45,80%), do óleo diesel (39,26%), do gás de botijão (24,05%). Na RMGV, o crescimento dos preços administrados foi de 13,67% em 12 meses.

Como a expectativa é de aumento dos preços da energia elétrica, espera-se que os preços monitorados continuarão a pressionar o IPCA no curto prazo. No Relatório de Inflação Trimestral, o Banco Central chamou a atenção para a deterioração do cenário hídrico e o acionamento da bandeira tarifária vermelha patamar 1 em maio, exercendo uma maior pressão na conta de energia elétrica.

Na reunião que ocorreu em junho, em que o Copom elevou em 0,75 ponto percentual a taxa Selic para 4,25% a.a., o Comitê informou que continuará o processo de normalização da taxa de juros, compatível com a convergência da inflação para a meta no horizonte relevante, que inclui o ano de 2022. De acordo com o apurado pelo Relatório Focus, a mediana das expectativas do mercado para a inflação desse ano foi elevada para 5,97%, 12º aumento consecutivo semanal.

Com a expectativa de uma inflação no curto prazo em níveis mais elevados e a Selic aumentando, os juros reais ex-ante da economia brasileira voltaram a registrar taxas positivas a partir de março de 2021, as quais estavam em território negativo desde junho de 2020 e registraram 1,35% em maio e 1,79% em junho de 2021.

Gráfico – Evolução do IPCA, da taxa Selic e dos juros reais* no Brasil



(*) Juros Reais Ex-ante ≈ Swap Pré-DI (360 dias) – Inflação (expectativa mediana para os próximos 12 meses).

Fonte: BCB e LCA Consultores.

Elaboração: Ideies/Findes.

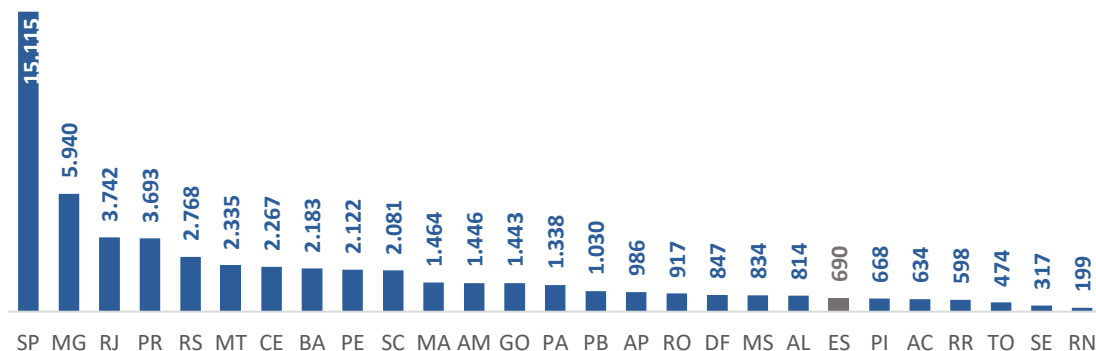
Com relação ao mercado de crédito, o saldo da carteira de crédito no país totalizou R\$ 4,1 trilhões em abril, valor 15,1% superior ao estoque de crédito de abril de 2020 e 0,5% acima do registrado em março de 2021. No Espírito Santo, o saldo das operações de crédito em abril totalizou R\$ 66,7 bilhões, crescimento de 20,4% em relação ao mesmo mês do ano passado e variação mensal de 5,6%. As estatísticas do mercado de crédito mostram que, após um ano da pandemia de Covid-19 no país, o montante de crédito às empresas capixabas teve um expressivo crescimento (30,7%), superior à variação observada para o total do Brasil (16,1%), na esteira dos programas governamentais creditícios para combater os impactos da pandemia e auxiliar às empresas na retomada das suas atividades econômicas.

Na análise das finanças públicas estaduais deste mês estão os demonstrativos fiscais referentes ao primeiro quadrimestre do ano, exigidos às unidades federativas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O Espírito Santo apresentou um desempenho favorável em relação às

contas públicas. **O saldo primário do governo estadual, ou seja, a diferença entre as receitas e as despesas primárias, registrou um superávit de R\$ 690,0 milhões no período. O resultado nominal também foi superavitário na ordem de R\$ 740,0 milhões, indicando assim redução no endividamento público. No indicador resultante da razão entre a Dívida Consolidada Líquida (DCL) e a Receita Corrente Líquida (RCL), o estado assinalou a 7ª menor proporção entre os estados, em 4,1%.**

Outro importante indicador fiscal é a proporção das despesas com pessoal em relação a RCL. O Espírito Santo apresentou o 3º melhor indicador de comprometimento com as despesas de pessoal, alcançando 37,1% da RCL, abaixo do limite prudencial estabelecido na lei de 46,55%. Sobre este último resultado é importante ressaltar que, por meio da Lei Complementar nº 945/2020, que diminuiu de 22% para 14% a contribuição patronal mensal de todos os poderes, o estado tem reduzido os gastos com as obrigações patronais.

Gráfico - Resultado Primário das Unidades da Federação – 1º quadrimestre de 2021 (em R\$ milhões)



Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Siconfi/STN

Elaboração: Ideies / Findes

(*) Juros Reais Ex-ante ≈ Swap Pré-DI (360 dias) – Inflação (expectativa mediana para os próximos 12 meses).

Fonte: BCB e LCA Consultores.

Elaboração: Ideies/Findes.

1. Seção Destaque - Fernando Pieroni¹

Concessões em parques para o desenvolvimento sustentável

As concessões em parques podem cumprir um importante papel na promoção do desenvolvimento social e econômico do Brasil, aliando oportunidades de negócio com responsabilidade ambiental. São ainda uma opção viável para capturar a flexibilidade e a engenhosidade privada em favor de iniciativas de interesse público.

Afinal, se por um lado, elas podem auxiliar na administração destes espaços, que cada vez mais necessitam de novos modelos de financiamento, excelência em gestão e governança para que sejam efetivamente implementados, conforme previsto em sua criação, por outro, constituem um caminho para a valorização de nosso enorme patrimônio ambiental e cultural em favor da conservação, geração de emprego e renda, mesmo nas regiões mais remotas do país.

Cenário de duas décadas

As primeiras concessões no Brasil foram firmadas no final dos anos 90, no Parque Nacional do Iguaçu (PR), sendo que, inicialmente, o modelo adotado tinha várias semelhanças com o que é feito em alguns parques americanos, em que diferentes concessionárias assumem distintos serviços dentro de um mesmo espaço.

Uma experiência que, ao longo de quase duas décadas, se limitou a outras três unidades federais, os Parques Nacionais da Tijuca (RJ), Fernando de Noronha (PE) e Serra dos Órgãos (RJ), mas que, recentemente, cresceu exponencialmente nos três níveis de governo, abrangendo, inclusive, outros ativos ambientais, como os parques urbanos.

No âmbito federal, por exemplo, tivemos no último ano a licitação de parques icônicos como Aparados da Serra e Serra Geral, no Rio Grande Sul, que contou com a participação de cinco empresas interessadas, o maior número já registrado em concessões desta natureza no Brasil. Ainda nesta esfera, é possível citar outros projetos

relevantes, como o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO) e do Itatiaia (RJ). Em 2021, outros projetos já seguem em estruturação, como é o caso do Parque Nacional de Jericoacoara (CE) e da Chapada dos Guimarães (MT), para citar alguns.

Soma-se a isso, as iniciativas pioneiras de estados como São Paulo, que puxou a fila com as concessões do Parque Estadual Campos do Jordão e do Núcleo Caminhos do Mar no Parque Estadual Serra do Mar. No mesmo sentido, estão os estados do Paraná, que no ano passado licitou o Parque Estadual de Vila Velha, e Minas Gerais, que no início deste ano concessionou a Rota das Grutas Peter Lund, constituída por três unidades de conservação e nacionalmente reconhecida por abrigar grande riqueza histórica, cultural e ambiental.

Já no nível municipal, vale destacar a concessão em 2019 do Parque do Ibirapuera – uma das áreas verdes urbanas mais importantes da América Latina – cujo contrato prevê ainda o subsídio de outros cinco parques periféricos da cidade de São Paulo. Nessa mesma esteira, em 2020, Porto Alegre realizou a licitação do Parque Harmonia e do Trecho 1 da Orla do Guaíba.

Aliados da gestão pública

Essa evolução se deu por inúmeros fatores, dentre os quais vale destacar a maior aceitação do modelo por parte de órgãos ambientais, que cada vez mais tem compreendido as parcerias como uma ferramenta para auxiliá-los na gestão do uso público nos parques, além de apoiar outras ações ligadas à conservação. Uma evolução também

percebida na sociedade que, sem perder de vista o papel fundamental dos parques para a conservação da biodiversidade, tem reconhecido os diferentes modelos de parceria entre os governos e iniciativa privada podem ser valiosos aliados para aprimorar a administração e favorecer a visitação dessas áreas.

¹ Fernando Pieroni é diretor-presidente do Instituto Semeia

No setor privado, por sua vez, nota-se um maior interesse das empresas pela preservação ambiental, motivado não apenas por sua atratividade como negócio, mas também pela crescente demanda regulatória e de mercado com cumprimento de critérios ESG (ambiental, social e de governança, em português), o que acabou transformando a concessão em parques numa opção factível de investimento e diversificação “verde” de suas carteiras.

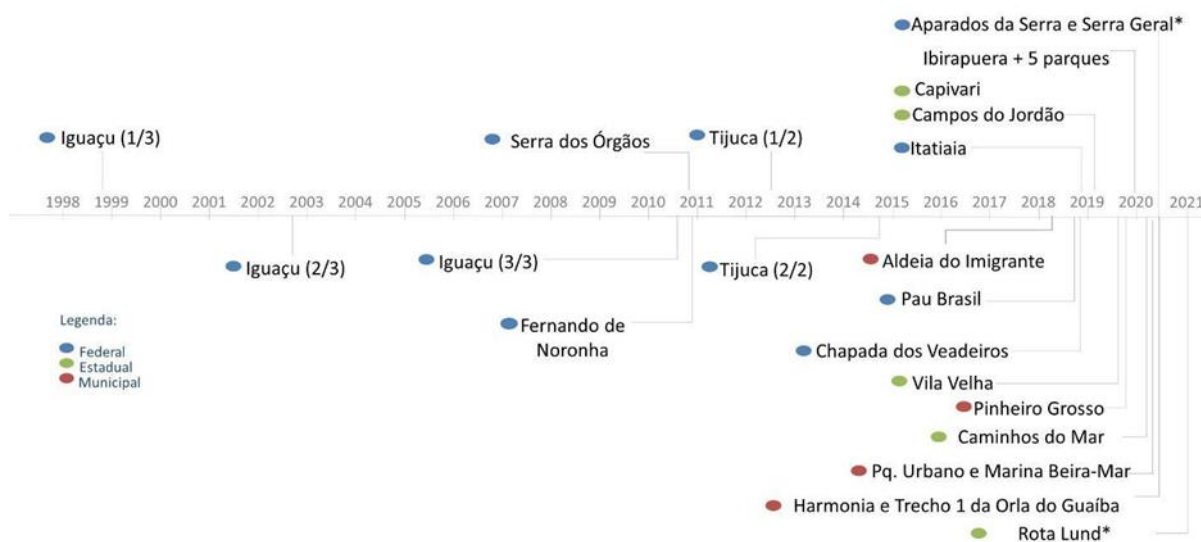
Neste histórico, também cabe mencionar o amadurecimento do marco jurídico e dos órgãos de controle, algo determinante para maior compreensão e enquadramento das especificidades setoriais dos parques quando comparado a outros serviços ou setores tradicionais de infraestrutura, permitindo a elaboração de projetos mais sofisticados e aderentes à realidade local e aos interesses dos investidores, governos e da sociedade.

Trata-se de um avanço, entretanto, que vai além da quantidade de iniciativas, envolvendo também a qualidade dos contratos de concessão, cada vez mais aprimorados.

Seja tanto pela incorporação de aprendizados e práticas já consolidadas em outros setores, como instrumentos de alocação de riscos e de reequilíbrio contratual, entre outras, como pelo amadurecimento de aspectos específicos dos parques.

Um exemplo é a consolidação dos serviços turísticos em um único contrato, favorecendo a coordenação de atividades, algo necessário para se proporcionar uma experiência completa ao visitante, além de mitigar os riscos aos potenciais investidores. Outro caso, é a proposição de obrigações e incentivos contratuais voltados ao desenvolvimento de cadeias produtivas no entorno dos parques.

Figura 1 - Histórico das concessões em parques no Brasil



Fonte: Instituto Semeia

Futuro promissor

Sob um olhar prospectivo, a expectativa é que esse processo se aprofunde, visto que hoje há mais de 60 parques considerados nos programas de parceria dos governos, seja na esfera federal, como no nível subnacional dos estados e municípios. Iniciativas que

tendem a se beneficiar ainda do engajamento de novos atores capazes de alavancar competências e aumentar a profissionalização no desenvolvimento da modelagem dos contratos.

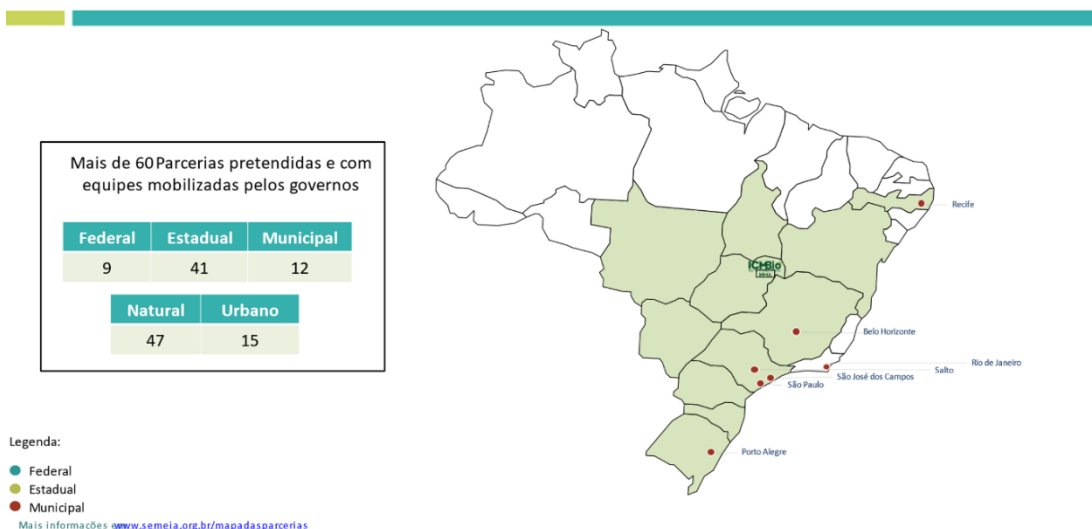
Atualmente, já é possível utilizar recursos de compensação ambiental para a estruturação de projetos, viabilizando a contratação de consultorias em apoio às equipes internas dos governos envolvidas com o processo. Um movimento que ganha corpo com a entrada de entidades estruturadoras como o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Mundial, e o escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS) na agenda.

Exemplo dessa movimentação é o esforço somado do Instituto Semeia e do BNDES, para juntos trabalharem com

vários governos estaduais na concepção e modelagem de seus projetos.

Assim, a exemplo do ocorrido em outros segmentos da economia, como aeroportos, rodovias e iluminação pública, para citar alguns, canaliza-se agora essa experiência do Banco para acelerar o desenvolvimento das parcerias em parques, complementando as competências das áreas ambientais dos governos.

Figura 2 - Expansão do portfólio de projetos



Fonte: Instituto Semeia

Nesse processo, um dos desafios que se coloca é o crescimento do mercado privado, que embora esteja ocorrendo, inclusive com a entrada de concessionárias e operadores de outros setores da economia, pode ainda ser tímido diante da enorme carteira de projetos em estruturação. Há um risco de não haver agentes suficientes frente a todas as licitações pretendidas pelos diversos governos.

É desafio, mas também é oportunidade. Aproveitá-la dependerá da celeridade na mobilização dos agentes envolvidos, tais quais fundos verdes e de impacto, operadores de concessão, ONGs, e prestadores de serviços

ambientais e turísticos. Essa movimentação é fator chave para o sucesso dos programas ora em gestação.

E, nesse sentido, cabe destacar o desenvolvimento de novos instrumentos para o impulsionamento do mercado privado, como os esforços em curso no BNDES para avaliar a criação de novos produtos e linhas de financiamento. Ou ainda, a iniciativa do próprio mercado em busca de sofisticação dos instrumentos financeiros para a viabilização dos projetos, por exemplo, por meio de fundos de investimentos em participações ou debêntures incentivadas que se beneficiam de isenções tributárias em casos específicos.

Potencial competitivo

Todo esse histórico marca o começo de uma nova e oportuna fase, pois a realidade é que estamos diante de um mercado em expansão, com enorme capacidade subaproveitada frente ao universo que inclui centenas de parques em todo o território nacional. Estudos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) mostram que para cada R\$ 1 despendido na visitação às

Unidades de Conservação (UCs), R\$ 7 retornam para a economia, impulsionando pousadas, restaurantes, agências de turismo, produtos e cultura local. São números que dão uma pequena amostra do que ainda pode ser alcançado diante de um patrimônio natural de enorme potencial competitivo pela atratividade turística, para o qual finalmente o Brasil começa a despertar.

Afinal, o país é o segundo no ranking global em belezas naturais e apenas o 32º em competitividade de turismo de acordo com o Fórum Econômico Mundial, o que dá a dimensão do potencial desse patrimônio como pilar estratégico capaz de contribuir com a retomada econômica que o Brasil precisa.

Destaca-se, assim, a importância de inserir o tema das concessões de forma transversal na agenda governamental, estabelecendo uma política nacional que, além do Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio),

secretarias e autarquias estaduais, contemple políticas públicas sistêmicas envolvendo outras pastas, notadamente as voltadas ao turismo, à articulação de parcerias e investimentos, e às relações internacionais.

Ao final, ganham os parques, com a aproximação da sociedade em favor de sua conservação e valorização; ganha o visitante, que passa a contar com boa infraestrutura de visitação; ganham os investidores por seguirem parâmetros socioambientais; e ganham os cofres públicos, com a outorga paga pelas concessionárias, a atração de investimentos e a desoneração dos custos de manutenção desta infraestrutura.

2. Atividade Econômica

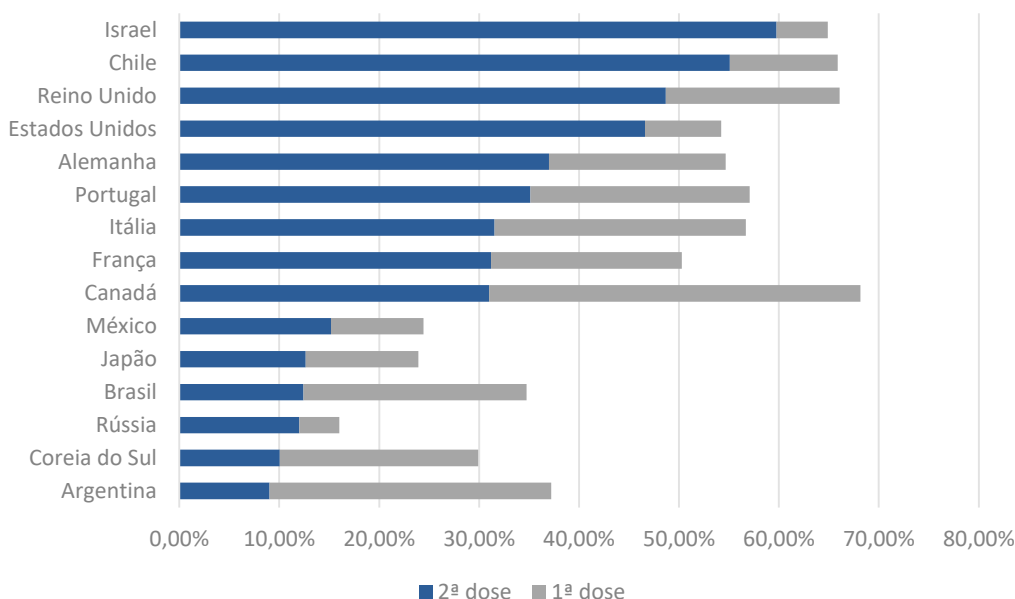
Ao longo do mês de junho, o processo de vacinação contra a Covid-19 continuou avançando em algumas regiões do mundo, com destaque para a taxa de imunização (com a aplicação de todas as doses necessárias) em Israel (59,8%), Chile (55,1%), Reino Unido (48,7%) e Estados Unidos (46,6%). A média mundial encontra-se em 11,0% da população mundial vacinada.

No Brasil, cerca de 99,8 milhões de doses foram administradas até o final de junho com uma

cobertura de 34,7% da população brasileira na 1ª dose e 12,4% na 2ª dose, de acordo com os dados do Consórcio de Veículos de Imprensa².

Esses dados apontam que em números absolutos de doses aplicadas, o país se destaca no cenário internacional, porém em termos relativos ao tamanho da população, o Brasil apresenta uma performance mediana de cobertura vacinal contra a Covid-19.

Gráfico 1- Cobertura (%) da população local vacinada contra a Covid-19



Fonte: Our World in Data e Consórcio de Veículos de Imprensa. Dado coletado às 10h do dia 02/07/2021.
Elaboração: Ideies / Findes

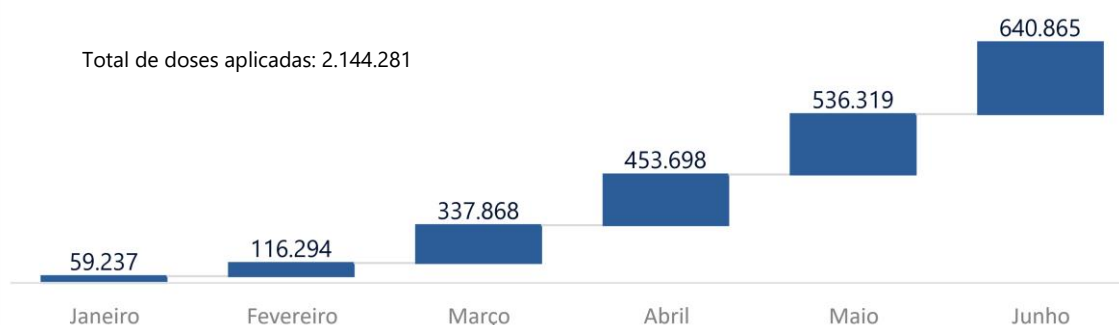
² Confira mais em: <https://g1.globo.com/bemestar/vacina/noticia/2021/06/30/vacinacao-no-brasil-1241percent-da-populacao-tomou-as-duas-doses-ou-dose-unica-de-vacinas-contr-a-covid.ghtml>

As doses de imunizantes contra a Covid-19 aplicadas nos estados brasileiros são enviadas pelo Ministério da Saúde, e a distribuição aos municípios são de responsabilidade de cada estado.

O Espírito Santo recebeu, até o momento, 2,67 milhões de doses de vacinas da Covid-19, das quais 2,14 milhões foram aplicadas na população local. O estado é um dos que apresenta a maior cobertura na primeira dose, com 38,6% da população estadual vacinada, e

com 14,1% referente à segunda dose (Anexo 1). Além disso, no decorrer do mês de junho, o estado continuou registrando uma melhora no quadro epidemiológico com base no Mapa de Risco de Convivência³. De acordo com a última divulgação do Mapa em 25/06 pelo governo do Estado, dos 78 municípios capixabas, 2 estão classificados em risco alto, a maioria (53) em risco moderado, 23 em risco baixo e nenhum mais em risco extremo.

Gráfico 2 - Doses de vacina contra a Covid-19 aplicadas pelo Espírito Santo (até 30 de junho)



Fonte: Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo (SESA).
Dado coletado no dia 01/07/2021
Elaboração: Ideies/Findes

Em relação aos dados sobre o comportamento recente da economia nacional e estadual, em junho foram divulgados os resultados do desempenho do 1º trimestre de 2021 para o PIB do Brasil e para o Indicador de Atividade Econômica do Espírito Santo, o IAE-Findes⁴, que estima o PIB do estado para os setores econômicos⁵.

No acumulado em quatro trimestres, a economia brasileira recuou -3,8%, com quedas na indústria (-2,7%) e no setor de serviços (-4,5%), ao passo que a agropecuária avançou 2,3% no período. Nesta base de comparação, a atividade econômica do Espírito Santo recuou

-5,2%, influenciada pelas contrações em todos os setores: agropecuária (-5,8%), indústria (-12,3%) e serviços (-2,6%).

É importante lembrar que esse período é carregado pelos impactos das medidas restritivas adotadas no ano passado para a contenção do espalhamento da Covid-19 no país e no estado.

Em relação ao 1º trimestre de 2020, o PIB do Brasil cresceu 1,0%, puxado pelos desempenhos positivos da agropecuária (5,2%) e da indústria (3,0%), enquanto os serviços variaram -0,8%. Diferentemente do registrado

³ Confira do 60º Mapa de Risco do Espírito Santo divulgado em 25/06/2021 em: <https://www.es.gov.br/Noticia/governo-do-espirito-santo-divulga-61o-mapa-de-risco-covid-19>

⁴ Veja o documento na íntegra do IAE-Findes em: https://portaldaindustria-es.com.br/system/repositories/files/000/000/989/original/IAE-Findes_1T2021.pdf?1623679328

⁵ O PIB trimestral do Espírito Santo calculado pelo Instituto Jones dos Santos Neves, divulgado no dia 15/06, avançou 0,7% no 1º trimestre de 2021 ante o 4º trimestre de 2020. Na comparação com o 1º trimestre do ano anterior, o crescimento do PIB capixaba foi de 1,0%. Veja mais em: <http://www.ijsn.es.gov.br/artigos/5933-pib-capixaba-avanca-0-7-no-1-trimestre-com-destaque-para-o-comercio-varejista>

nacionalmente, o IAE-Findes permaneceu praticamente estável em 0,2% nesta base de comparação, devido às quedas nos setores da agropecuária (-7,7%) e da indústria (-4,4%) contrabalanceadas pelo desempenho positivo do setor de serviços (2,3%). Vale ressaltar que o setor de serviços (que inclui as atividades de comércio) possui o maior peso na economia capixaba ao representar 54,2% da atividade econômica estadual.

As diferenças entre a agropecuária a nível nacional (5,2%) e a nível estadual (-7,7%) nesta base de comparação se deve ao aumento de produtividade do setor e às lavouras do primeiro trimestre (como soja, fumo e arroz) no Brasil, enquanto no Espírito Santo a agropecuária foi influenciada

pela retração tanto nas atividades agrícolas (-1,6%), com destaque para menor produção do café arábica, da banana, da pimenta-do-reino e do tomate (principais produtos da lavoura capixaba), quanto nas atividades pecuárias (-10,9%), influenciada pelos altos custos de produção.

Na comparação com o 4º trimestre de 2020, a economia nacional avançou 1,2%, com desempenho positivo em todos os setores. A economia capixaba cresceu 1,1% neste período influenciada principalmente pelo setor de serviços (2,5%), já que a indústria variou 0,2% e a agropecuária recuou -3,4%.

Tabela 1 - Taxas de variação (%) do IAE-Findes para o Espírito Santo e do PIB para o Brasil, 1º trimestre de 2021

Variação (%)	Brasil				Espírito Santo			
	PIB	Agropecuária	Indústria	Serviços	IAE-Findes	Agropecuária	Indústria	Serviços
1º tri. 2021 / 4º tri. 2020*	1,2	5,7	0,7	0,4	1,1	-3,4	0,2	2,5
1º tri. 2021 / 1º tri. 2021	1,0	5,2	3,0	-0,8	0,2	-7,7	-4,4	2,3
Acumulado em 4 trimestres	-3,8	2,3	-2,7	-4,5	-5,2	-5,8	-12,3	-2,6

* Com ajuste sazonal.

Fonte: IAE-Findes e SCNT-IBGE.

Para o mês de abril, já são conhecidos os resultados das pesquisas mensais divulgadas pelo IBGE (pesquisas setoriais) e pelo Banco Central (IBC-Br e IBCR-ES).

Na passagem de março para abril, o IBC-Br aumentou 0,44% e o IBCR-ES avançou 0,88%, nas séries com os ajustes

sazonais. Em relação a abril de 2020, os resultados das pesquisas apresentaram variações expressivas devido à baixa base de comparação no ano passado em decorrência dos efeitos da pandemia no país e no estado. Nessa análise interanual, o IBC-Br avançou 15,92% e o IBCR-ES cresceu 15,37%.

Tabela 2 - Indicadores Econômicos (variações %)

Indicadores Mensais	Abr 2021 / Mar 2021 ¹	Abr 2021 / Abr 2020	Acumulada no ano	Acumulada em 12 meses
Índice de atividade econômica (IBC-BR)	0,44	15,92	4,77	-1,20
Índice de atividade econômica regional ES	0,88	15,37	5,40	-0,88
Produção Física da Indústria (PIM-PF) Brasil	-1,3	34,7	10,5	1,1
Produção Física da Indústria (PIM-PF) ES	0,9	26,1	1,7	-9,2
Volume de vendas do comércio (PMC) Brasil	1,8	23,8	4,5	3,6
Volume de vendas do comércio (PMC) ES	0,0	27,6	9,8	8,7
Volume de vendas do comércio varejista ampliado ² - Brasil	3,8	41,0	9,2	3,5
Volume de vendas do comércio varejista ampliado ² - ES	0,4	58,5	20,4	11,5
Volume de vendas de serviço (PMS) - Brasil	0,7	19,8	3,7	-5,4
Volume de vendas de serviço (PMS) - ES	3,1	12,4	3,3	-4,7

¹ Valores com ajuste sazonal ² Comércio Varejista Ampliado, que abrange os segmentos Veículos, Motos e Peças; Material para Construção e Varejo Restrito.

Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil

As estimativas de mercado apuradas pelo Relatório Focus do Banco Central apontam uma trajetória de revisão altista para o PIB do país em 2021. Pela 10ª semana consecutiva, a expectativa do mercado para o PIB foi revisada para cima, passando de 5,00% na última semana para 5,05% nesta semana.

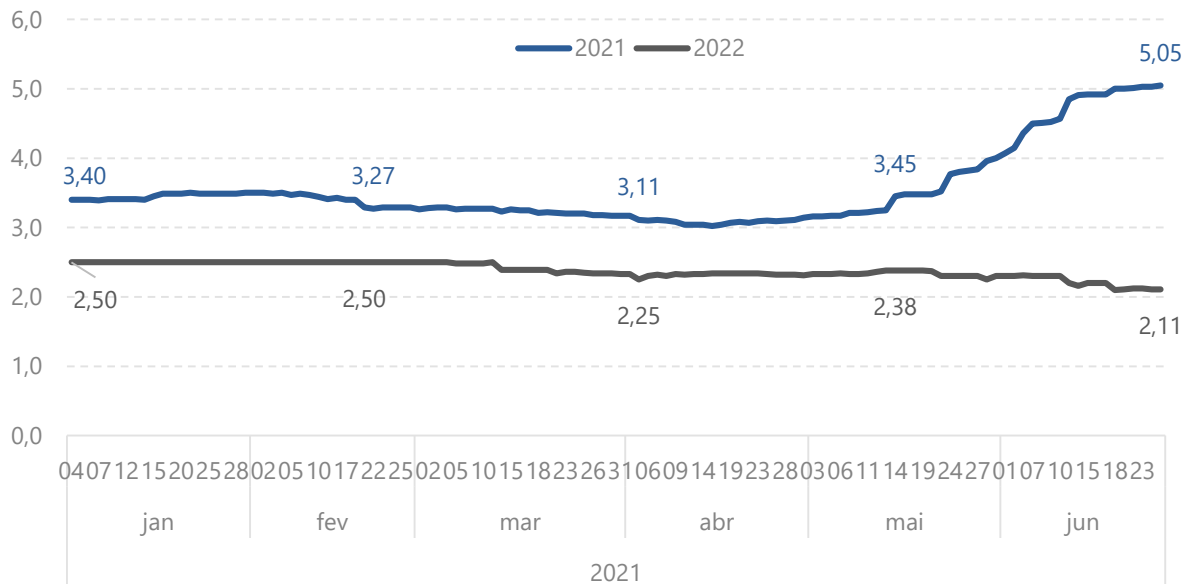
Este resultado de aumento de expectativa pode ser explicado pelos fatores do processo de vacinação, do bom resultado do IBC-Br e do PIB nos primeiros meses do ano e do repassasse, cada vez menor, dos impactos da

pandemia sobre os setores econômicos.

Contudo, as pressões inflacionárias, os efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho e a iminência de uma crise hídrica e elétrica são alguns dos fatores de riscos que podem interferir sobre esta retomada econômica no curto prazo.

Para 2022, as projeções não estão tão otimistas quanto para 2021. Apesar de ter passado de 2,10% para 2,11% na última semana, a mediana das expectativas do PIB para o próximo ano encontra-se nos menores patamares das estimativas realizadas este ano para o próximo ano, que em janeiro e fevereiro se encontravam em 2,50%.

Gráfico 3 – Evolução da estimativa mediana (em %) para o PIB do Brasil anual

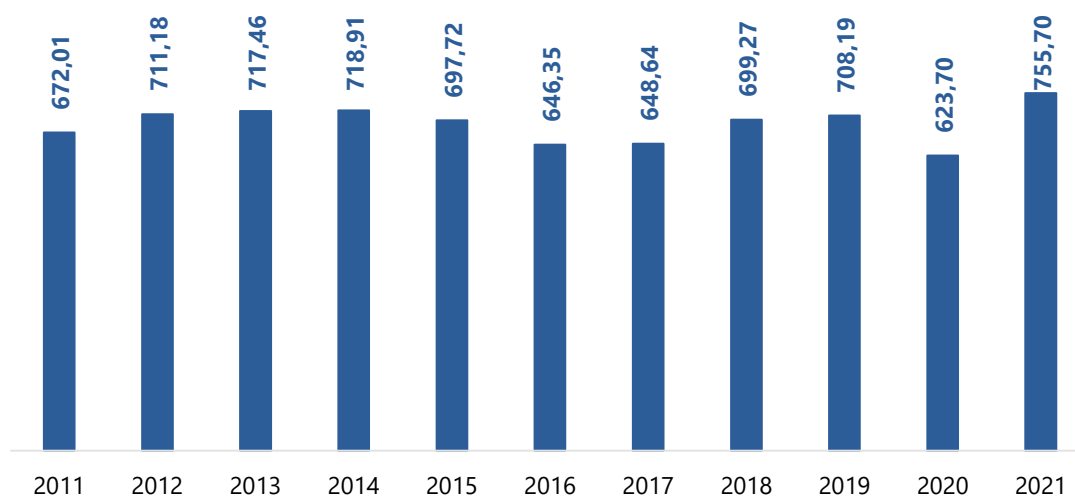


Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Findes.

Outra variável relevante na análise da atividade econômica do país é a arrecadação federal. No acumulado de janeiro a maio, a Receita Federal arrecadou R\$ 755,70 bilhões, acréscimo real de 21,17% em relação ao mesmo período do ano passado. Somente no mês de maio a arrecadação totalizou R\$ 142,10 bilhões. Este foi o melhor resultado para o período acumulado desde o início da série histórica em 1995.

De acordo com a Receita Federal, esse aumento na arrecadação em relação ao ano passado pode ser explicado pelos seguintes fatores: desempenho positivo dos setores econômicos que influenciam a arrecadação dos tributos; crescimento da arrecadação dos tributos de comércio exterior, em decorrência da desvalorização do real frente ao dólar, como o aumento de 38,60% do Imposto sobre Importação; aumento de 30,78% com a arrecadação da soma da Cofins e do PIS/Pasep; e base deprimida de 2020 devido às desonerações, às prorrogações e aos diferimentos tributários em função da pandemia em 2020.

Gráfico 4 - Arrecadação das Receitas Federais de janeiro a maio – em R\$ bilhões (a preços de maio de 2021)



Fonte: Ministério da Economia - Receita Federal
Elaboração: Ideies / Findes.

No campo político, entre as pautas econômicas que têm sido debatidas no governo está a aprovação no Congresso da Medida Provisória nº. 1.031/2021, que cria condições para a desestatização da Eletrobras⁶. Atualmente caracterizada por um capital misto, a desestatização da empresa ocorrerá mediante a venda das ações ordinárias na Bolsa de Valores de propriedade da União, de forma que a União deixará de ser a acionista majoritária da empresa. O texto final dessa MP foi encaminhado à Presidência da República, que terá o prazo de 15 dias úteis (até 13 de julho) para sancioná-lo.

Outra pauta de atenção é o início do andamento da PEC da Reforma Administrativa (Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2020) na Comissão Especial. Entre os pontos debatidos na primeira audiência pública pela Comissão Especial da Reforma Administrativa⁷, estavam os gastos do governo com servidores de cargos extintos e a livre nomeação para cargos de liderança.

Sobre a Reforma Tributária, o ministro da Economia, Paulo Guedes, enviou à Câmara dos Deputados a proposta da segunda fase da Reforma⁸. Entre as principais medidas desta segunda fase estão: (i) as ampliações das faixas salariais que incidirão as alíquotas do Imposto de Renda para Pessoas Físicas, como por exemplo o aumento da faixa de isenção de cobrança do imposto de R\$1,9 mil para

quem recebe um salário mensal de até R\$ 2,5 mil, (ii) a redução da alíquota do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica de 15% para 12,5% em 2022 e para 10% a partir de 2021, permanecendo o adicional de 10% para os lucros superiores a R\$ 20 mil mensais, e (iii) a determinação de um Imposto de Renda fixo em 15% para os investimentos financeiros. As propostas, que estão sendo discutidas pelos agentes econômicos, sobretudo pelas empresas e investidores que operam no mercado financeiro, serão avaliadas na Câmara do Deputados por meio do Projeto de Lei nº 2.337/2021.

Uma pauta econômica de nível regional que tem sido debatida no Congresso diz respeito ao Projeto de Lei nº 148/2017⁹, que inclui municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Por meio desta inserção na Sudene, o município passa a ter direito sobre as linhas de crédito e os incentivos fiscais especiais, entre outras medidas. Após a tramitação e aprovação no Congresso, em junho o Presidente da República vetou integralmente inclusão desses municípios na Sudene, justificando inconstitucionalidade e influenciado pela manifestação do Ministério da Economia ao veto¹⁰. O Projeto retorna ao Congresso para manutenção ou derrubada de tal veto.

⁶ Confira o texto final encaminhado à Presidência sobre a desestatização da Eletrobras em: <https://eletrobras.com/pt/Documents/Redac%CC%A7a%CC%83o%20Final%20MP%201031.pdf>

⁷ Veja mais em: <https://www.camara.leg.br/noticias/775313-comissao-especial-da-reforma-administrativa>

⁸ A primeira fase da Reforma Tributária ocorreu em julho de 2020 com a proposta da criação da Contribuição sobre Bens e Serviços para substituir o PIS/Cofins. Veja mais sobre a segunda fase em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2021/06/governo-entrega-2a-fase-da-reforma-tributaria-ao-congresso-nacional>

⁹ Embora o PL seja datado em 2017, a sua iniciação ocorreu por meio do PLP nº 76/2007 na Câmara do Deputados, arquivado em 2011, o que demonstra que não se trata de um pleito regional recente. Veja mais em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/131720>

¹⁰ Confira o veto em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/vetos/-/veto/detalhe/14366>

Box 1 - Doing Business Subnacional Brasil – 2021

O Doing Business Subnacional Brasil 2021¹¹, raio X do ambiente de negócios no Brasil, divulgado pelo Banco Mundial, apresenta uma análise comparativa do ambiente de negócios (regulamentos e aplicação) das 27 capitais do Brasil, em cinco áreas: 1. Abertura de empresas; 2. Obtenção de alvará de construção; 3. Registro de propriedades; 4. Pagamento de impostos; 5. Execução de contratos.

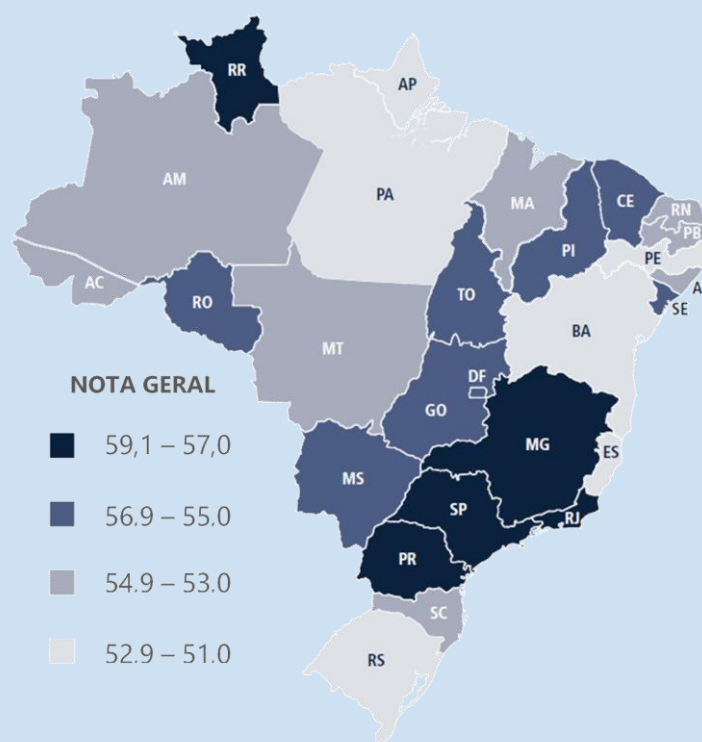
O estudo concluiu que os processos longos e complexos são um grande desafio para os empreendedores brasileiros e indicou que é mais fácil fazer negócios em São Paulo (59,1 pontos), Minas Gerais (58,3), Roraima (58,3), Paraná (57,3) e Rio de Janeiro (57,1). As piores colocações foram: Pernambuco (51,0 pontos), Espírito Santo (51,7), Amapá (52,3), Bahia

(52,5) e Pará (52,7).

Individualmente por área, o resultado mostrou que é mais fácil abrir uma empresa no Pará, obter alvarás de construção em Roraima, registrar uma transferência imobiliária em São Paulo, pagar impostos no Espírito Santo e resolver uma disputa comercial em Sergipe.

O Espírito Santo (Vitória) ocupou a 26ª posição entre as 27 Unidades da Federação. A capital foi destaque em pagamentos de impostos (1ª colocada), no registro de propriedades (5ª colocada) e na abertura de empresas (9ª colocada). No entanto, ficou na 27ª colocação para execução de contratos e 22ª na obtenção de alvarás de construção.

Figura 3 - Resultado geral – Doing Business Subnacional Brasil – 2021



Fonte: Doing Business Subnacional Brasil 2021

¹¹ A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas e os questionários se baseiam em estudos de caso padronizados. Os dados relativos aos indicadores são até o dia 1º de setembro de 2020 (Com exceção das áreas do pagamento de impostos e do pagamento de impostos através do Simples Nacional, que foram atualizados até o dia 31 de dezembro de 2019). Os questionários foram enviados a mais de 1.500 especialistas locais dos setores público e privado. No Espírito Santo (Vitória) foram entrevistados 6 órgãos públicos e 15 instituições privadas, como escritórios de advocacia, contabilidade e engenharia. O resultado foi calculado através da normalização min-max, em que foi realizada uma distribuição dos valores entre o maior e o menor para um intervalo que vai de 0 a 100.

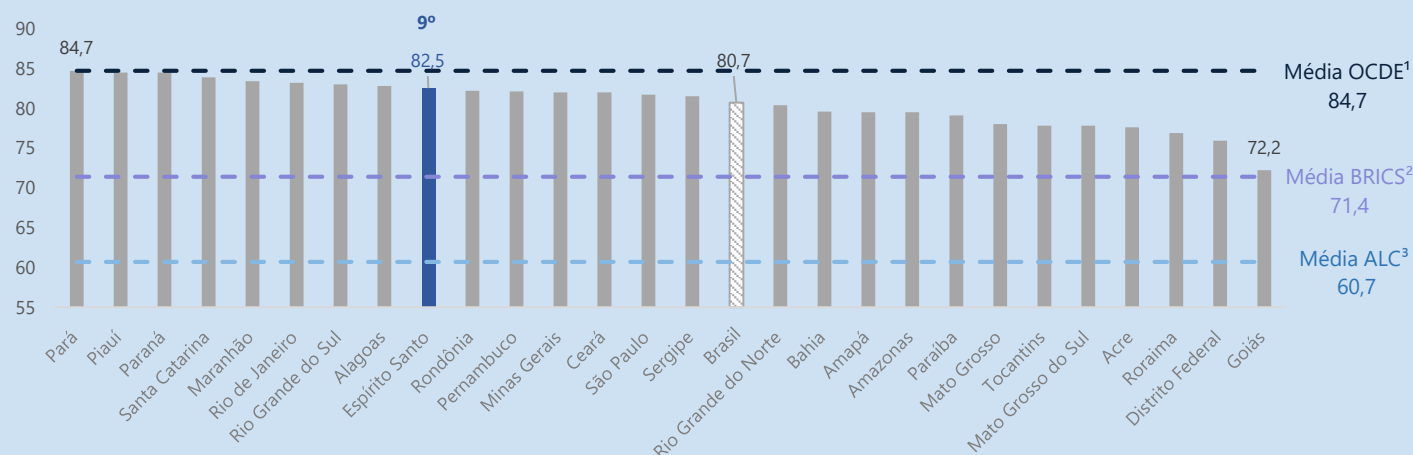
Resultados por área

1. Abertura de empresas

O Espírito Santo (Vitória) posicionou-se em 9º lugar no quesito abertura de empresas, que leva em consideração os procedimentos oficialmente exigidos, ou normalmente utilizados na prática, para se criar e operar formalmente uma empresa, pequena ou média, de responsabilidade limitada. Além da quantidade de procedimentos também foram avaliados o tempo e o custo para concluir a abertura da empresa. Vitória (82,5 pontos) obteve um resultado melhor do que a média do Brasil (80,7 pontos).

Em Vitória são necessários 10 procedimentos, enquanto a média para as capitais do Brasil foi de 11,1. O tempo (em dias) também contribuiu para este resultado, em que são necessários 14,5 dias para abrir um negócio, enquanto no Brasil (capitais) são necessários 15,4. Por fim, o custo para abrir uma empresa em Vitória é de 5,7% da renda per capita, enquanto que a média das capitais do Brasil é de 5,1%.

Gráfico 5 - Desempenho das Capitais do País na área Abertura de Empresas no Doing Business Subnacional Brasil 2021



¹ BRICS = Brasil, Federação Russa, Índia, China e África do Sul

² Economias de alta renda da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

³ América Latina e Caribe

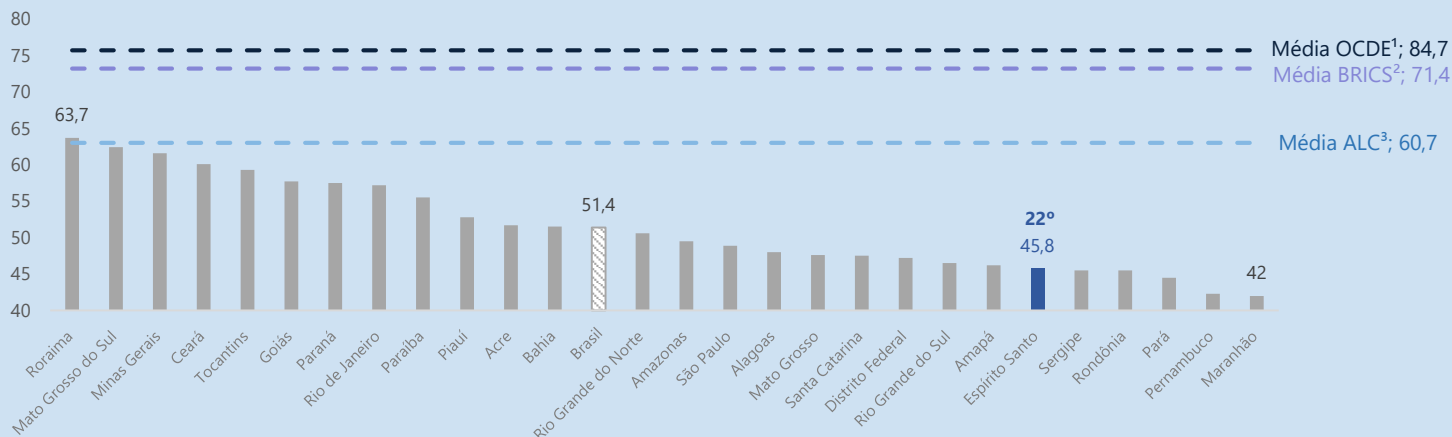
Fonte: Base de dados do Doing Business e do Doing Business Subnacional.

2. Obtenção de alvará de construção

O Espírito Santo (Vitória) posicionou-se em 22º lugar no quesito obtenção de alvarás de construção, que leva em consideração os procedimentos, o tempo e o custo necessários para uma pequena ou média empresa obter as aprovações necessárias para construir um armazém comercial e conectá-lo à rede de abastecimento de água e saneamento. A capital do estado (45,8 pontos) obteve um resultado inferior do que a média das capitais do Brasil (51,4 pontos).

Dentre os indicadores que contribuíram para este desempenho da capital, destacam-se: o número de 23 procedimentos para a obtenção de alvarás de construção superior à média nacional (21,9 procedimentos). Além disso, na capital gastam-se 413,5 dias para obtenção dos alvarás, enquanto a média das capitais do país foi de 323,1 dias.

Gráfico 6 - Desempenho das Capitais do País na área Obtenção de Alvarás de Construção no Doing Business Subnacional Brasil 2021



¹ BRICS = Brasil, Federação Russa, Índia, China e África do Sul

² Economias de alta renda da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

³ América Latina e Caribe / Fonte: Base de dados do Doing Business e do Doing Business Subnacional.

3. Registro de propriedades

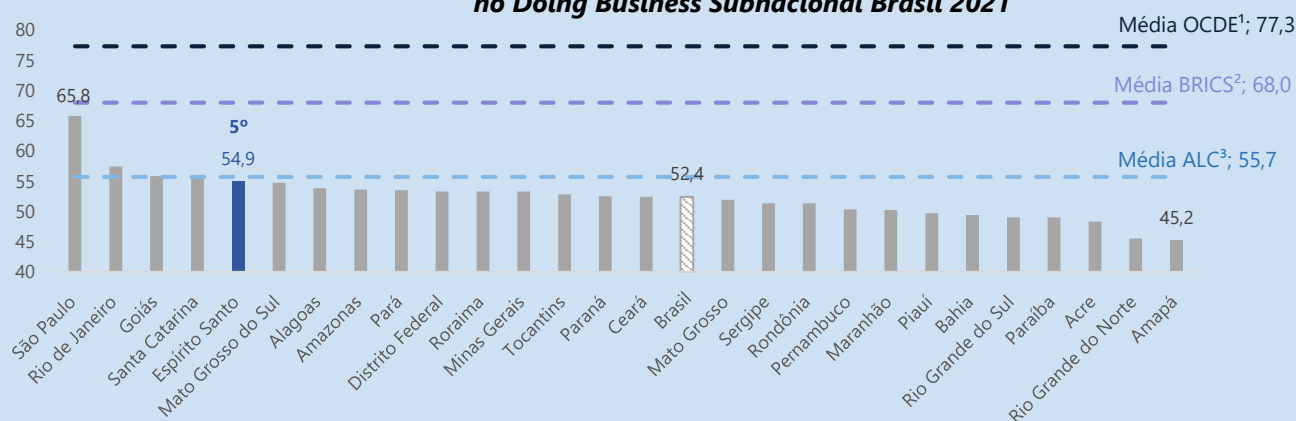
O Espírito Santo (Vitória) posicionou-se em 5º lugar no quesito registro de propriedades, que leva em consideração os procedimentos, tempo e custo necessários para que uma empresa (comprador) possa adquirir uma propriedade comercial de outra empresa (vendedor) e transferir formalmente o título de propriedade para o seu nome. A capital do estado (54,9 pontos) obteve um resultado superior à média das capitais do Brasil (52,4 pontos).

Em Vitória são necessários 16 procedimentos para registro de propriedade, gasta-se, em média 34,5 dias e o custo de

transferência da propriedade é de 2,7% do valor do imóvel¹². A média das capitais do Brasil nestes indicadores foi de: 15,4 procedimentos, 34,5 dias necessários para a conclusão do registro da propriedade e o custo em média nas capitais do país é de 3,2% do valor do imóvel.

Destaca-se, ainda, o resultado no Índice de qualidade da administração fundiária, em que Vitória obteve 16 pontos dos 30 possíveis, valor superior à média nacional (13,9) e próximo ao melhor resultado entre as capitais, que foi o do Rio de Janeiro (com 17 pontos).

Gráfico 7 - Desempenho das Capitais do País na área Obtenção de Registro de Propriedades no Doing Business Subnacional Brasil 2021



¹ BRICS = Brasil, Federação Russa, Índia, China e África do Sul

² Economias de alta renda da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

³ América Latina e Caribe / Fonte: Base de dados do Doing Business e do Doing Business Subnacional.

¹² Os custos baseiam-se em um imóvel avaliado em R\$1.674.131 (US\$456.500) para todas as Unidades Federativas. O que se contabilizou nesses custos foram: ITBI, Serviços Notariais, Registro de Transferência e Diligência prévia.

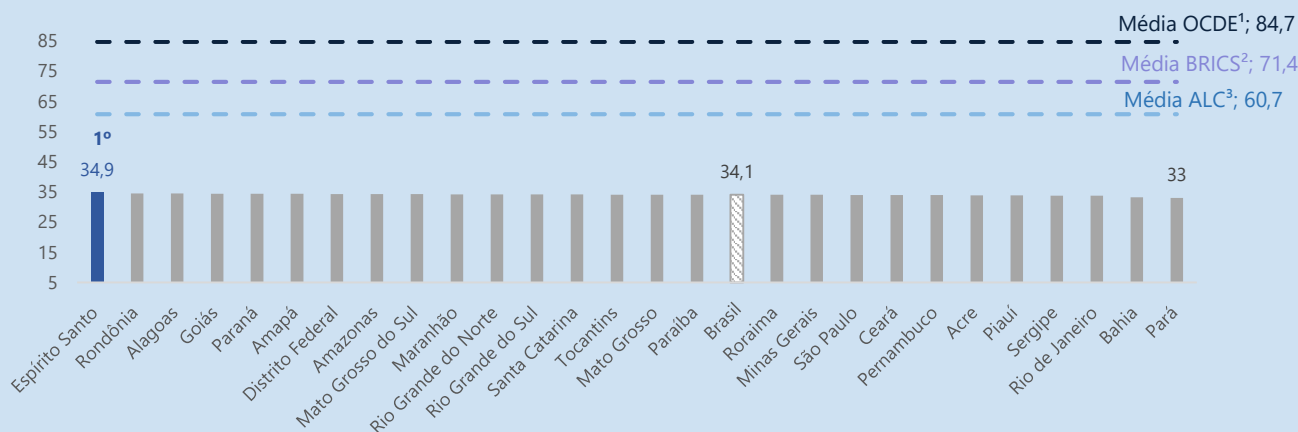
4. Pagamento de impostos

O Espírito Santo (Vitória) com 34,9 pontos posicionou-se em 1º lugar no quesito pagamentos de impostos, que leva em consideração os impostos e as contribuições obrigatórias que uma empresa de médio porte deve pagar ao longo de um ano, bem como o ônus administrativo relacionado com o pagamento de impostos e contribuições e processos pós-declaratórios.

Em Vitória uma empresa industrial de médio porte realiza

9 pagamentos de impostos por ano, enquanto a média do Brasil é de 10,2. Nas capitais dos 27 estados analisados, as empresas gastam em média 1.492,6 horas por ano para pagar tributos, podendo chegar a 1.501 horas em algumas capitais. Em Vitória gasta-se 1.483 horas/ano. A carga tributária em Vitória (64,4% dos lucros) também é menor do que a média do Brasil (65,3% dos lucros), porém muito superior à média dos BRICS (47,0%) e da América Latina e Caribe (48,1%).

Gráfico 8 - Desempenho das Capitais do País na área Obtenção de Pagamentos de Impostos no Doing Business Subnacional Brasil 2021



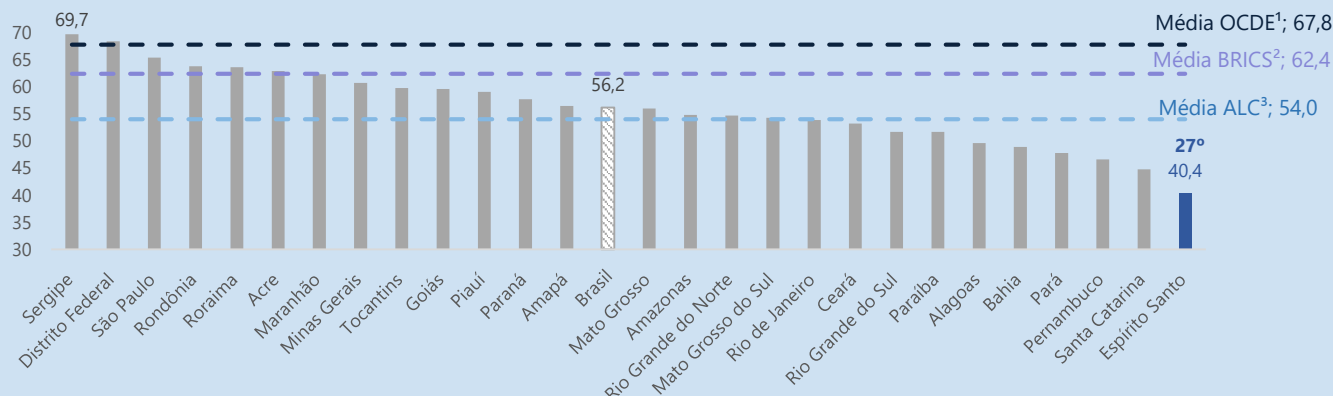
¹ BRICS = Brasil, Federação Russa, Índia, China e África do Sul | ² Economias de alta renda da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). | ³ América Latina e Caribe
Fonte: Base de dados do Doing Business e do Doing Business Subnacional.

5. Execução de contratos

O Espírito Santo (Vitória) com 40,4 pontos posicionou-se em último lugar no quesito execução de contratos, que leva em consideração o tempo e o custo da resolução de uma disputa comercial entre duas empresas locais. O estudo considerou três fases principais de um processo no tribunal: a apresentação e citação, o julgamento e sentença, e a execução da sentença.

No Brasil, o tempo necessário para executar um contrato varia muito dependendo da localidade. Estima-se que vai de 18 meses em Aracaju a mais de 4 anos em Vitória, sobretudo devido aos diferentes níveis de automação desses tribunais. Além disso, O custo da execução de contratos nas capitais do Brasil é, em média, de 27,2% do valor da ação e em Vitória este custo é de 28,1%, valor acima da média nacional.

Gráfico 9 - Desempenho das Capitais do País na área Execução de Contratos no Doing Business Subnacional Brasil 2021



¹ BRICS = Brasil, Federação Russa, Índia, China e África do Sul | ² Economias de alta renda da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). | ³ América Latina e Caribe

Fonte: Base de dados do Doing Business e do Doing Business Subnacional.

Os resultados do relatório apontam que os processos longos e complexos são um grande desafio para os empreendedores brasileiros, prejudicados pela coordenação insuficiente entre agências federais, estaduais e municipais. Com isso, o desempenho do Brasil esteja abaixo dos países da OCDE, América Latina e Brics, prejudicando, portanto, a competitividade das empresas no país.

Cabe destacar que são observadas algumas características transversais nas boas práticas de melhorias dos aspectos regulatórios do ambiente de negócios, como a digitalização autoexplicativa, serviços e atendimentos on-line, padronização e divulgação das informações, facilidade de acesso e centralização dos serviços que devem ser buscadas constantemente pelas cidades do país.

Box 2 - Vacinação contra a Covid-19 e os novos casos da doença

Na edição do Boletim MacroFiscal de maio¹³, a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia apresentou a vacinação em massa como uma das medidas para a mitigação dos efeitos negativos da pandemia de Covid-19 sobre a economia brasileira. O argumento sustentado pela Secretaria é que, à medida que a vacinação contra a Covid-19 avança, as restrições à mobilidade vão sendo diminuídas, promovendo uma volta segura da produção e do consumo - logo, da atividade econômica.

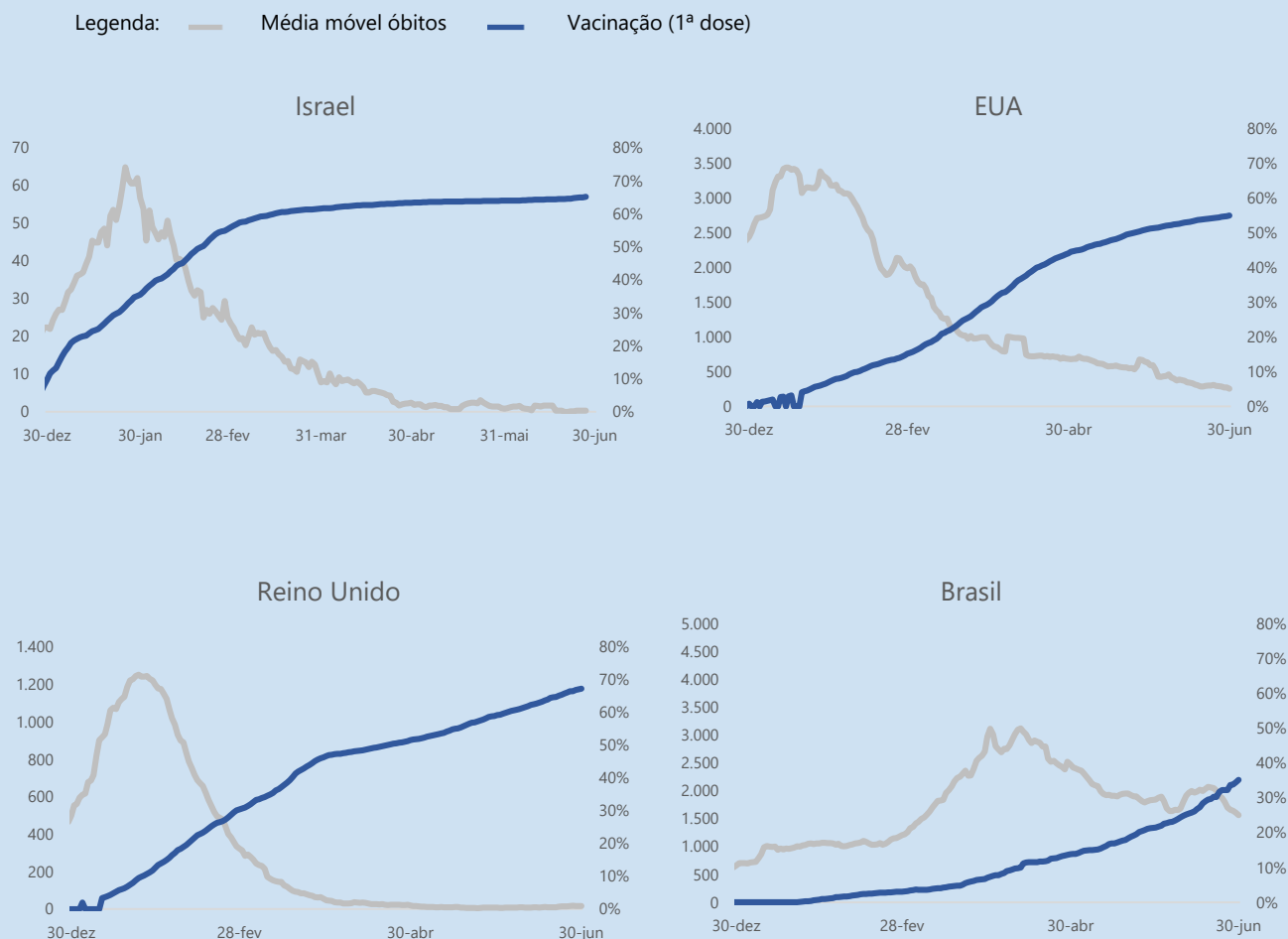
Do ponto de vista sanitário, o que se espera com a vacinação em massa é uma redução da taxa de letalidade e dos casos graves provocados pela Covid-19, de forma a

desoprimir os sistemas de saúde.

Passados aproximadamente 6 meses do início do processo de vacinação contra a Covid-19 no mundo, o que se observa nos países aonde existem programas de vacinação ativos e eficientes é uma redução no número de internações e óbitos gerados pela doença. Entre os exemplos desses países estão Israel, que observou uma redução de 60% em internações e mortes quando vacinou 30% da população, os Estados Unidos, que conta com 55% da população vacinada (1ª dose) e uma redução de 85% na média móvel de óbitos desde o início do programa de imunização, e o Reino Unido, que apresenta 67,3% de vacinação e 96% de redução da média móvel de óbitos.

¹³ Confira em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletim-macrofiscal/2021/boletim-macrofiscal-maio-2021.pdf/view>

Gráfico 10 - Evolução da média móvel 7 dias de óbitos por Covid-19 e do % da população total vacinada (1ª dose) – Países selecionados



O Brasil encerrou o mês junho com 34,7% da população vacinada e uma média móvel em 7 dias de 55,3 mil casos e de 1,6 mil óbitos. Apesar de expressivas, essas médias entraram em uma leve trajetória de queda no final de junho.

Na última edição do Boletim Observatório Covid-19¹⁴, a Fundação Oswaldo Cruz apontou para a redução da ocupação de leitos de UTI destinados ao tratamento da Covid-19 em alguns estados, além de uma queda de mortalidade provocada pela doença no país. A Fundação atribuiu esses fatores à campanha de vacinação, que priorizou os grupos de risco ou de maior exposição. No entanto, observou-se que a taxa de transmissão do vírus permanece elevada. Sendo assim, a circulação do vírus (incluindo suas variantes) pode aumentar sem que isso

implique na elevação de casos graves em pessoas vacinadas.

Além disso, de acordo com o estudo realizado pelo Instituto Butantan, é necessário que se atinja uma taxa de imunização de ao menos 70% da população para que haja redução na circulação do vírus entre as pessoas que não foram vacinadas¹⁵.

Ao final de junho, a incidência da Covid-19 era de 8,8 mil por 100 mil habitantes no Brasil e 12,7 mil por 100 mil habitantes no Espírito Santo. Apesar da incidência no estado estar maior que a média nacional, vale ressaltar que o Espírito Santo apresenta uma das maiores taxas de vacinação (38,62% da população com a 1ª dose) entre as unidades federativas do país (anexo 1).

¹⁴ Veja mais em:

https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim_covid_2021_extraordinario_30dejunho.pdf

¹⁵ Confira em: <https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/aumento-de-casos-de-covid-19-no-chile-nao-esta-relacionado-a-vacinacao-com-a-coronavac>

Tabela 3 - Indicadores de Covid-19 no Brasil e no Espírito Santo (30 de junho de 2021)

	Brasil	ES		Brasil	ES
Confirmados	18.557.141	517.985	Incidência	8.831	12.746
Óbitos	518.066	11.479	Letalidade	2,8%	2,2%
Curados	16.858.632	492.011	Taxa de curados	90,8%	95,0%
Casos ativos	1.180.443	14.495	Ocupação leitos UTI	-	57,84%

Fonte: Our World in Data. Dado coletado às 14h do dia 01/07/2021.

Elaboração: Ideies/Findes.

O que os dados demonstram até o momento é uma correlação positiva entre o avanço da vacinação contra a Covid-19 e a redução de novos casos em países aonde a imunização se encontra avançada, e uma redução de mortalidade e ocupação de leitos de UTI em alguns estados Brasil, que ainda conta com elevada taxa de transmissão do vírus.

Sendo assim, essas evidências são consideradas nas conjecturas macroeconômicas, tal como as realizadas pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia, dado que um dos fatores para que a recuperação econômica ocorra é o avanço da vacinação e consequente flexibilização das restrições relacionadas à Covid-19.

3. Desempenho Industrial

Segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física (PIM-PF) do IBGE, a produção física da indústria brasileira avançou 1,1% no acumulado dos últimos 12 meses encerrados em abril de 2021, primeira variação positiva nessa base de comparação desde fevereiro de 2019 (0,4%).

Esse resultado foi puxado pelo crescimento de 1,7% na indústria de transformação e contrabalanceado pela redução de -2,9% na indústria extrativa.

No acumulado de janeiro a abril de 2021, a indústria nacional avançou 10,5%, impulsionada pelo crescimento da indústria de transformação (12,1%).

Entre as grandes categorias econômicas, as maiores expansões foram registradas nos bens de capital (36,4%) e de consumo duráveis (24,1%).

Em abril de 2021, frente ao mesmo mês de 2020, a indústria do Brasil cresceu 34,7%, puxada pela indústria de transformação (40,2%). Essa variação expressiva aconteceu porque a base de comparação estava deprimida no quarto mês de 2020, quando o país registrou a maior queda na sua série histórica da PIM-PF (-27,7%), devido às paralisações em diversas plantas industriais consequência das medidas restritivas de combate à pandemia de Covid-19.

Frente a março de 2021, a indústria nacional retraiu -1,3%, 3ª queda seguida nessa base de comparação¹⁶.

¹⁶ Perda acumulada de 4,4% no período.

Tabela 4 – Variação (%) da Produção Industrial, Brasil e Espírito Santo – abril de 2021

	Abr 21/ Mar 21*	Abr 21/ Abr 20	Acumulada no ano	Acumulada nos últimos 12 meses
Brasil				
Indústria geral	-1,3	34,7	10,5	1,1
Indústrias extrativas	1,6	3,6	-0,7	-2,9
Indústrias de transformação	-2,2	40,2	12,1	1,7
Bens de Capital	2,9	124,9	36,4	5,1
Bens Intermediários	-0,8	25,7	9,1	3,1
Bens de Consumo	-0,9	41,2	8,3	-2,7
Bens de consumo duráveis	1,6	431,7	24,1	-5,7
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	-0,9	17,0	4,6	-1,9
Bens não especificados anteriormente	-	1,8	-6,6	-17,0
Espírito Santo				
Indústria geral	0,9	26,1	1,7	-9,2
Indústrias extrativas	7,2	-10,8	-23,4	-28,7
Indústrias de transformação	2,1	55,9	20,6	6,7
Fabricação de produtos alimentícios	5,2	74,7	3,2	2,3
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	-9,9	19,7	47,6	36,2
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	0,8	83,2	36,5	13,2
Metalurgia	31,4	56,6	12,3	-7,3

(*) Dados dessazonalizados

Fonte: IBGE (PIM-PF)

Elaboração: Ideies / Findes

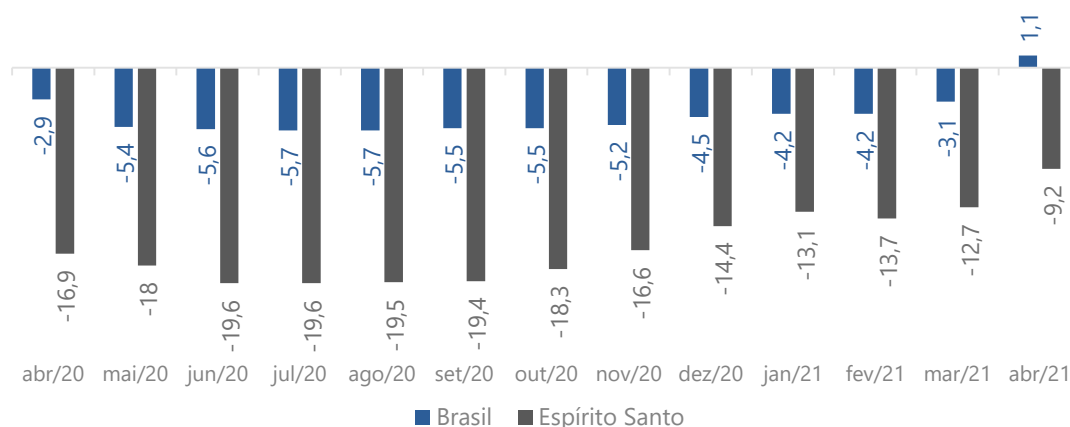
No Espírito Santo, a produção industrial recuou -9,2% no acumulado dos últimos doze meses encerrados em abril deste ano, influenciada pela queda na indústria extrativa (-28,7%).

A produção da indústria de transformação, por sua vez, avançou 6,7% no acumulado em 12 meses.

Os resultados da PIM-PF do estado evidenciam uma tendência de suavização das perdas produtivas no indicador geral nessa base de comparação, com taxas negativas menores desde setembro de 2020 (gráfico 11).

Entre as atividades, os destaques positivos foram fabricação de celulose, papel e produtos de papel (36,2%), produtos de minerais não-metálicos (13,2%) e produtos alimentícios (2,3%).

Gráfico 11 - Variação (%) da produção industrial no acumulado dos últimos 12 meses, Brasil e Espírito Santo



Fonte: IBGE (PIM-PF)

Elaboração: Ideies / Findes

No acumulado dos quatro primeiros meses de 2021, a indústria do Espírito Santo cresceu 1,7%.

Esse resultado foi puxado pela expansão na indústria de transformação (20,6%) e pressionado pela retração na indústria extrativa (-23,4%). Essa última segue sob a influência da redução na produção de petróleo, gás natural e pelotas de minério de ferro.

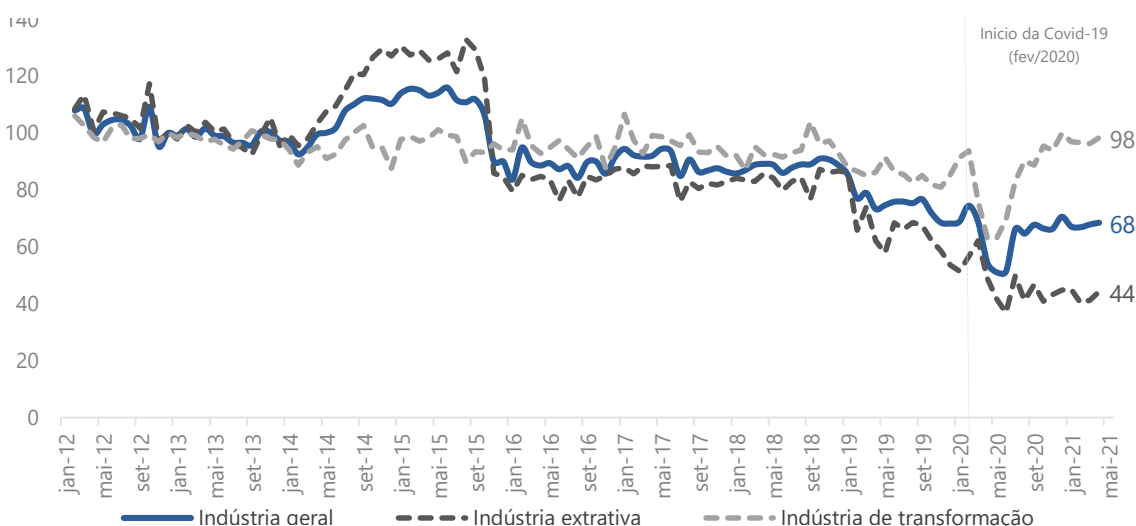
Todas as atividades da indústria de transformação (20,6%) registraram expansão no acumulado de 2021. Os maiores destaques foram os resultados da celulose, papel e produtos de papel (47,6%), que segue influenciada pelo aumento das vendas externas e internas de pasta química de madeira, e dos produtos de minerais metálicos, que foi

puxado pela maior produção de granito talhado ou serrado, cimentos "Portland" e ladrilhos, placas e azulejos de cerâmica.

Em abril de 2021, frente ao mesmo mês de 2020, a indústria geral capixaba registrou alta de 26,1%, novamente puxada pela indústria de transformação (55,9%). Assim como no país, os resultados positivos nesses indicadores foram influenciados pela baixa base de comparação em 2020, quando a atividade industrial sofreu os efeitos das medidas de combate à disseminação do coronavírus.

Em abril de 2020, o estado registrou a terceira maior queda em sua produção geral na série história da PIMPF, que foi iniciada em 2002.

Gráfico 12 – Evolução do índice de produção industrial do Espírito Santo*



(*) Dados dessazonalizados

Fonte: IBGE (PIM-PF)

Elaboração: Ideies / Findes

Na passagem de março para abril de 2021, a produção industrial capixaba cresceu 0,9%, na série livre dos efeitos sazonais, terceiro melhor resultado entre os 14 estados brasileiros pesquisados.

Tanto a indústria extrativa (7,2%) quanto a indústria de transformação (2,1%) aumentaram as suas produções nesse período. Nessa última, os maiores destaques foram as expansões na metalurgia (31,4%) e na fabricação de produtos alimentícios (5,2%).

Em relação às informações que já estão disponíveis para maio de 2021, de acordo com a ANP, a produção petróleo e gás natural no Espírito Santo totalizou 260,4 mil boe/dia no mês.

No acumulado deste ano, a extração dos hidrocarbonetos no estado¹⁷ caiu -13,1%, queda mais acentuada que a registrada pelo país (-1,0%). Frente a maio de 2020, mesmo com um aumento no volume auferido de gás natural (8,0%), a produção total capixaba retraiu -3,5%. Frente a abril de 2021, o volume extraído de P&G reduziu em -9,0% no estado.

¹⁷ Na PIM-PF, o petróleo e o gás natural respondem por 27% do índice de produção da indústria extrativa do Espírito Santo.

Tabela 5 - Variação (%) e produção de petróleo e gás natural, Brasil e Espírito Santo – maio de 2021

	Brasil			Espírito Santo		
	Gás Natural (Mm ³ /d)	Petróleo (bbl/d)	Total (boe/d)	Gás Natural (Mm ³ /d)	Petróleo (bbl/d)	Total (boe/d)
Produção	134.554	2.931.751	3.778.070	5.759	224.221	260.442
Variação (%) - acumulada no ano	5,1%	-2,6%	-1,0%	-5,8%	-14,2%	-13,1%
Variação (%) - maio.21/ maio.20	17,7%	6,0%	8,4%	8,0%	-5,1%	-3,5%
Variação (%) - maio.21/ abr.21	2,4%	-1,4%	-0,5%	-5,1%	-9,6%	-9,0%

Fonte: ANP

Elaboração: Ideies / Findes

Elaboração: Ideies/ Findes

Sobre a comercialização externa da produção da indústria do Espírito Santo, o valor das exportações expandiu 46,9% no acumulado de janeiro a maio de 2021. Em contrapartida, a quantidade reduziu em -3,5% nesse período.

As maiores contribuições para o aumento monetário vieram das atividades de extração de minerais metálicos (82,7%), metalurgia (51,4%), produtos de minerais não-metálicos (37,7%) e celulose, papel e produtos de papel (30,1%). Apenas no primeiro caso, houve redução do volume exportado no estado (-11,2%) (tabela 6).

Em maio de 2021, a indústria do Espírito Santo exportou US\$ 673,0 milhões e 2,0 milhões de toneladas.

Se comparado ao mesmo mês de 2020, houve uma expansão, respectivamente, de 101,6% e 16,3%. Essa variação expressiva também é explicada pela base de comparação deprimida devido às reduções das vendas externas em função das medidas de distanciamento adotadas por diversos países para combater a pandemia de Covid-19 em 2020.

Tabela 6 - Principais atividades industriais exportadoras do Espírito Santo – Acumulado de janeiro a maio de 2021

Atividades industriais*	Jan. a Maio. 21		Variação no acumulado de 2021	
	US\$ milhões	Mil toneladas	US\$ milhões	Mil toneladas
	Extração de Minerais Metálicos	982,7	5.114,4	82,7%
Metalurgia	882,7	1.543,1	51,4%	0,0%
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	333,9	434,9	37,7%	25,9%
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	302,9	849,6	30,1%	51,9%
Extração de Petróleo e Gás Natural	249,5	731,6	7,8%	-1,3%
Extração de Minerais Não-Metálicos	44,2	231,4	-6,2%	-15,0%
Fabricação de Produtos Alimentícios	32,8	9,6	-7,3%	-6,7%
Fabricação de Coque, de Produtos Derivados Do Petróleo e de Biocombustíveis	16,7	29,2	9,0%	-8,4%
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	7,6	1,5	37,4%	25,9%
Fabricação de Produtos Químicos	5,2	3,3	87,7%	0,5%
Demais Atividades	13,0	4,2	-37,6%	-21,5%
Total da indústria	2.871,2	8.952,7	46,9%	-3,5%

(*) Cnae 2.0

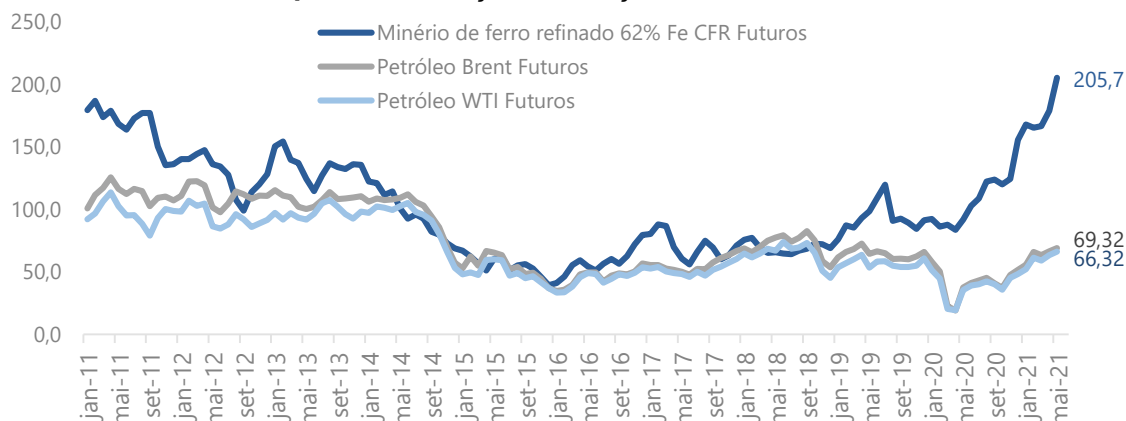
Fonte: Funcex

Elaboração: Ideies/ Findes

O aumento do valor das vendas externas da indústria do Espírito Santo está relacionado com a trajetória de expansão da cotação das commodities (gráfico 13).

De janeiro a maio de 2021, frente aos mesmos meses de 2020, os preços dos contratos futuros de minério de ferro refinado cresceram 100,0%, os de bobina de aço expandiram 158,8%, os de petróleo Brent avançaram 70,7% e os de WTI aumentaram 76,1%.

Gráfico 13 – Evolução da cotação das commodities



Fonte: Investing.com

Elaboração: Ideies/ Findes

No que se refere ao setor elétrico do Espírito Santo, em maio de 2021, foram gerados 1.009,1 MW Med de energia elétrica e consumidos 1.472,5 MW Med. Essas quantidades foram, respectivamente, 36,7% e 20,4% maiores que as registradas

no mesmo mês de 2020. Entre os setores industriais fornecidos pela CCEE, o consumo de energia elétrica reduziu apenas na extração de minerais metálicos (-14,4%) e no setor alimentício (-4,5%) (tabela 7).

Tabela 7 – Consumo de energia elétrica no Espírito Santo – MW med

Setor	Ramo de Atividade	Mai. 20 MW Med	Mai. 21 MW Med	Varição Mar 21 / Mar 20
Indústria geral	Alimentícios	22,2	21,2	-4,5%
	Bebidas	1,1	1,3	16,2%
	Extração de minerais metálicos	123,8	106,0	-14,4%
	Madeira, papel e celulose	14,0	17,5	25,4%
	Manufaturados diversos	12,8	13,6	6,2%
	Metalurgia e produtos de metal	154,1	173,4	12,5%
	Minerais não-metálicos	53,9	74,0	37,3%
	Químicos	47,1	48,0	2,0%
	Têxteis	0,05	0,17	261,0%
Demais	Comércio	22,3	24,2	8,5%
	Saneamento	0,6	1,4	142,6%
	Serviços	69,5	71,5	2,8%
	Telecomunicações	2,6	3,0	12,2%
	Transporte	0,4	0,3	-20,8%
	Veículos	4,6	3,1	-32,4%

Nota: s/f corresponde à "sem informação divulgada" pela CCEE.

(*) Cnae domiciliar

Fonte: CCEE

Elaboração: Ideies/ Findes

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) do Espírito Santo cresceu 2,5 pontos na passagem de maio para junho de 2021, totalizando 59,5 pontos. A melhora da confiança ocorreu após uma expansão dos dois componentes do ICEI-ES: o índice de condições atuais (avanço de 4,5 pontos, atingindo 52,4 pontos) e o índice de expectativas (alta de 1,5 pontos, alcançando 63,0 pontos). Com esse resultado, o ICEI se aproxima do patamar

verificado entre os meses de setembro e dezembro de 2020, quando se observou um otimismo com a recuperação econômica decorrente da flexibilização das atividades econômicas.

Para o Brasil, o ICEI atingiu 61,7 pontos em junho de 2021, após aumento de 3,2 pontos na comparação com mês imediatamente anterior.

4. Preços, Juros e Crédito

A inflação brasileira (IPCA) registrou uma variação de 0,83% em maio, acelerando-se em relação a abril (0,31%). A variação acumulada em 12 meses do índice no país ficou em 8,06% e segue acima da meta estabelecida para 2021¹⁸.

Na RMGV, o IPCA mensal ficou abaixo da média do país com a variação mensal de 0,74%, patamar que elevou a inflação da Grande Vitória para 8,84% nos últimos 12 meses até maio.

Tabela 8 - Variação (%) do IPCA – maio de 2021

Período	Brasil	Grande Vitória
Índice Mensal	0,83	0,74
Preços Livres	0,38	0,59
Preços Administrados	2,11	1,09
Acumulado no Ano	3,22	3,70
Preços Livres	1,98	2,59
Preços Administrados	6,85	6,40
Acumulado em 12 meses	8,06	8,84
Preços Livres	6,35	6,84
Preços Administrados	13,09	13,67

Fonte: IBGE e Banco Central. / Elaboração: Ideies/Findes.

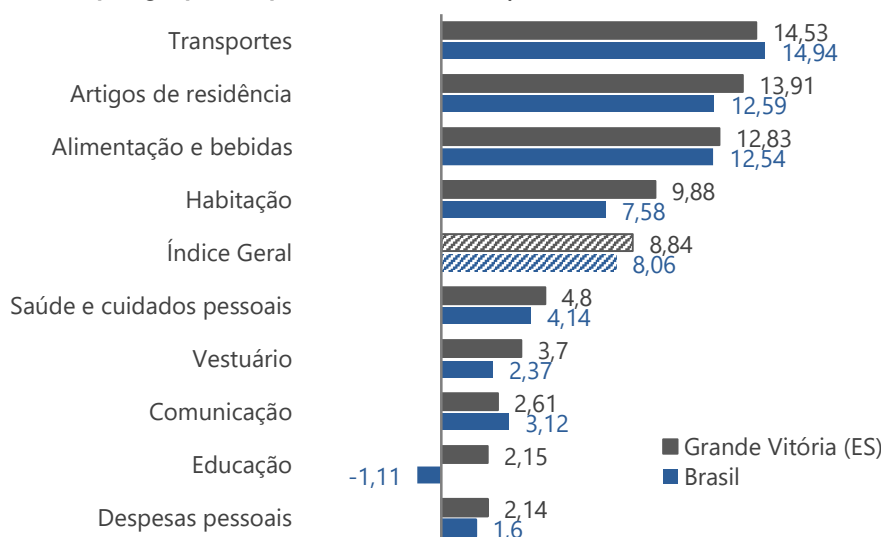
Nota: (!) Os "preços administrados", segundo definição do Banco Central, referem-se aos preços que são menos sensíveis às condições de oferta e de demanda porque são estabelecidos por contrato ou por órgão público.

A análise por grupos de produtos e serviços revela que transportes (14,94%) e artigos de residência (12,59%) registraram as maiores altas do IPCA no Brasil, seguido pelo grupo alimentação e bebidas (12,54%). Em transportes, a alta de 14,94% nos últimos 12 meses é explicada pelos preços dos combustíveis, com a gasolina aumentando 45,80% e o óleo diesel

39,26%. Pelo lado das quedas, o grupo educação (-1,11%) ainda reflete os efeitos deflacionários da pandemia de Covid-19.

Na RMGV, os preços dos itens em transportes (14,53%) e dos artigos de residência (13,91%) seguem pressionando o índice nos últimos 12 meses, além das altas observadas nos grupos alimentação e bebidas (12,83%) e habitação (9,88%).

Gráfico 14 - IPCA por grupos de produtos e serviços | Variação acumulada em 12 meses (%)



Fonte: IBGE.

Elaboração: Ideies/Findes.

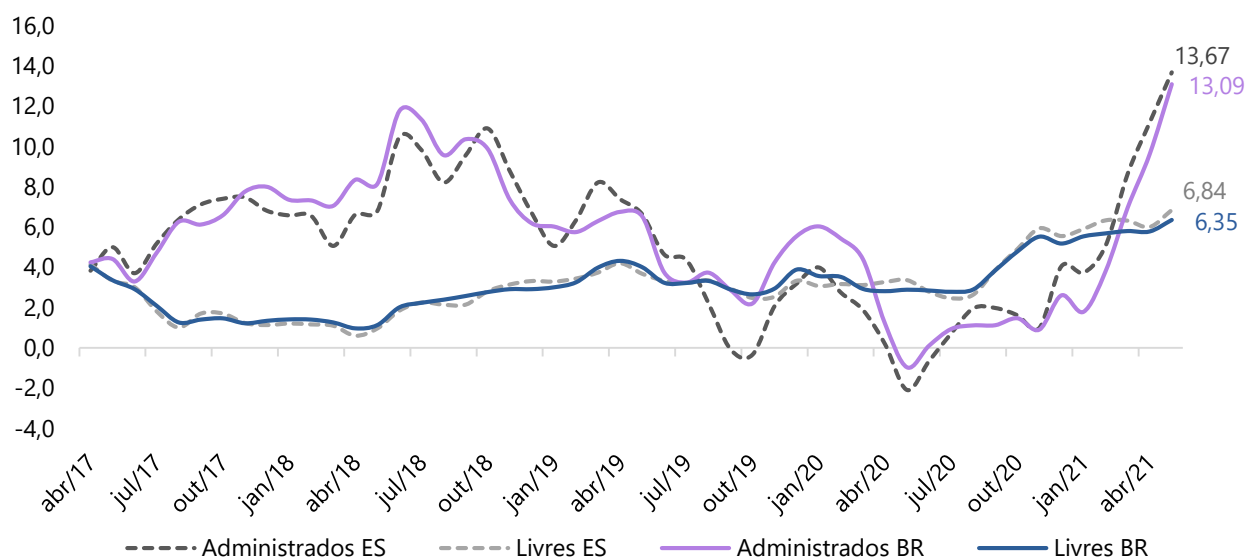
¹⁸ A meta de inflação para 2021 é de 3,75% com um intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual.

Outra forma de analisar o IPCA é partir da divisão dos subítemos do índice entre preços livres e preços administrados (monitorados)¹⁹, seguindo a metodologia do Banco Central. A aceleração recente do IPCA é explicada, em grande parte, pelo comportamento dos preços administrados²⁰, que acumulam nos últimos 12 meses até maio, alta de 13,09% (gráfico 15)²¹ no país. Entre os itens, destacam-se as elevações nos preços da energia elétrica residencial (11,63%), da gasolina (45,80%), do óleo diesel (39,26%), do gás de botijão (24,05%) e do plano de saúde

(2,80%). Diante deste cenário, Comitê de Política Monetária (Copom) estima uma inflação de preços administrados no Brasil de 9,7% para 2021²², patamar que não se atingia desde outubro de 2018, caso a projeção do Comitê se confirme.

Na RMGV a variação acumulada em 12 meses dos preços monitorados encontra-se acima da observada no Brasil, refletindo uma maior pressão desses itens na despesa de consumo das famílias capixabas, com uma variação de 13,67% em 12 meses.

Gráfico 15 - IPCA (IPCA) administrados e livres para Grande Vitória e Brasil - Variação acumulada em 12 meses (%)



Fonte: IBGE e BCB.

Elaboração: Ideies/Findes.

No dia 29 de junho, a diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) definiu os novos valores adicionais do sistema de bandeiras tarifárias²³. A Agência estabelece um sistema com quatro bandeiras tarifárias: verde, amarela, vermelha patamar 1 e vermelha patamar 2. Na bandeira verde, o consumidor não paga nenhum valor adicional na

conta de energia elétrica. Na bandeira amarela é cobrado um adicional de R\$ 1,343 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos. Na vigência da bandeira vermelha patamar 1 e patamar 2, respectivamente, o consumidor paga R\$ 4,169 kWh e R\$ 6,243 kWh²⁴.

¹⁹ Em maio de 2021, o peso dos preços monitorados no IPCA foi de 25,64 e, portanto, o peso dos preços livres foi de 74,36.

²⁰ O IPCA-Preços livres para o Brasil registrou 6,35% em 12 meses até maio.

²¹ Os preços monitorados no Brasil não alcançavam esse patamar em 12 meses desde fevereiro de 2016, quando registrou variação de 14,94%.

²² Veja mais em <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascomom>. Na ata da 238ª reunião, o Copom estimava uma alta de 8,4% para o IPCA dos preços monitorados.

²³ Em consulta pública realizado em março desse ano, a proposta da Aneel para a vigência das bandeiras tarifárias 2021/2022 era de redução no valor da bandeira tarifária amarela, que passaria para 0,996 a cada 100 kWh. Já na bandeira vermelha patamar 1 seria cobrado um valor adicional de R\$ 4,599 a cada 100 kWh e na bandeira vermelha 2 o valor seria de R\$ 7,571 a cada 100 kWh. A justificativa da Agência para a revisão dos valores está relacionada com o acionamento das usinas termelétricas. Além disso, a Aneel tem identificado mais momentos de escassez nos reservatórios das usinas hidrelétricas e, dessa forma, a ampliação da diferença entre os valores sugeridos pretende resguardar a proteção do Sistema Elétrico Brasileiro em caso de aumento de risco hidrológico. Veja mais em <https://bit.ly/2SZquqQ>.

²⁴ De acordo com o Valor Econômico, o valor da bandeira vermelha 2, atualmente, impacta em 10,58% a fatura de uma família com consumo de 200 kWh no mês. Veja mais em <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/06/22/aneel-define-novos-valores-adicionais-do-sistema-de-bandeiras-tarifarias-na-proxima-terca.ghtml>.

Com o reajuste, a bandeira amarela subiu de R\$ 1,34 para R\$ 1,87. A bandeira vermelha patamar 1 caiu de R\$ 4,16 para R\$ 3,97 a cada 100 kWh consumidos. O maior reajuste ocorreu na bandeira vermelha patamar 2 que teve um aumento de 52%, subindo dos atuais R\$ 6,24 para R\$ 9,49 a cada 100 kWh. Esses reajustes já passarão a valer no mês de julho. Contudo, a Aneel esclareceu que essa variação terá um acréscimo de 4,9% na conta de energia elétrica, se considerada a tarifa média do consumidor residencial no Brasil²⁵.

Os diretores da agência sinalizaram que a vigência da bandeira vermelha patamar 2 deve ocorrer até o mês de novembro, quando é esperado o início do período chuvoso²⁶. Além disso, os novos valores das bandeiras tarifárias foram estabelecidos para cobrir o maior uso das usinas termelétricas, cuja geração de energia é mais cara.

Assim, com a expectativa de aumento dos preços da energia elétrica é esperado que os preços monitorados continuarão a pressionar o IPCA.

Neste contexto, ao longo do mês de junho tem aumentado o debate sobre uma possível crise hídrica que o país pode enfrentar neste ano²⁷. De acordo com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), os níveis dos reservatórios das regiões Sudeste e Centro-Oeste caíram a níveis próximos dos observados no ano de 2001, quando precisou implementar um racionamento do consumo de energia elétrica.

A energia armazenada (EAR) nas regiões Sudeste e Centro-Oeste atingiu 32,1% do total até o final de maio de 2021,

nível próximo ao de 2001, quando ficou em 29,7%. Contudo, apesar do ano de 2021 ter registrado a menor pluviometria dos últimos 90 anos, a situação do sistema elétrico brasileiro é diferente daquela verificada há 20 anos. Desde então, além da ampliação de fontes alternativas de energia, como a energia térmica, ocorreu também a interligação do sistema elétrico nacional, possibilitando o intercâmbio de energia entre regiões²⁸.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e o ONS realizaram simulações²⁹ com cenários hídricos bastante conservadores, que não apontam para necessidade de racionamento energético para 2021. Esses órgãos também trazem recomendações de medidas de remanejamento dentro do Sistema Interligado Nacional para evitar o racionamento.

Os resultados do PIB do 1º trimestre do ano divulgados pelo IBGE este mês mostraram que a agropecuária foi um dos destaques para crescimento de 1,2% na passagem do 4º trimestre de 2020 para o 1º trimestre de 2021. Nesta base de comparação, o PIB do setor agropecuário cresceu 5,7%. A escassez de chuvas pode impactar as lavouras, trazendo quebra de safras do milho, café, cana e laranja³⁰. Esse choque de oferta impactará também o setor de bovino, suínos e aves que utilizam o milho como insumo, além de encarecer os custos de produção do setor com o uso mais intenso do sistema de irrigação. Neste cenário, os preços dos alimentos, em especial, as carnes, podem continuar pressionado a inflação do consumidor.

²⁵ Veja mais em <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/06/30/alta-da-conta-de-luz-entenda-o-que-muda-com-o-reajuste.ghtml>

²⁶ No dia 27 de maio de 2021, o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET, órgão ligado ao MAPA), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE, órgão ligado ao MCTI) e o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM, órgão ligado ao MD) emitiram uma nota conjunta de Alerta de Emergência Hídrica associada à escassez de precipitação para a região hidrográfica da Bacia do Paraná que abrange os estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná para o período de Junho a Setembro de 2021.

De acordo com o Alerta, estudos realizados pelo Sistema Nacional de Meteorologia (SNM) revelaram que as precipitações na bacia do Rio Paraná, entre outubro de 2019 a abril de 2021, ficaram a maior parte do período analisado com déficit de chuvas e a previsão é que este quadro continue assim até setembro de 2021. Neste período, a maior parte da região central do país, a partir de maio até final de setembro, entra em seu período com menor volume de chuvas (estação seca). Acesse a Nota Conjunta em http://www.inpe.br/noticias/arquivos/pdf/NOTA_Emergencia_Hidrica_v05.pdf.

²⁷ Diante da declaração de escassez hídrica feita pela Agência Nacional de Águas (ANA) para o Centro-Sul do país, o governo enviou ao Congresso a Medida Provisória nº 1.055/2021, instituindo Institui a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para a otimização do uso dos recursos hidroenergéticos e para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País. Acesse <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.055-de-28-de-junho-de-2021-328509026>.

²⁸ Até o final de maio de 2021, a energia armazenada na região Norte era de 84,5%, na região Nordeste era de 63,4% e na região Sul atingiu 57,5%.

²⁹ Veja mais em http://www.ons.org.br/AcervoDigitalDocumentosEPublicacoes/oficio_13_2021_cmse_mme-1.pdf.

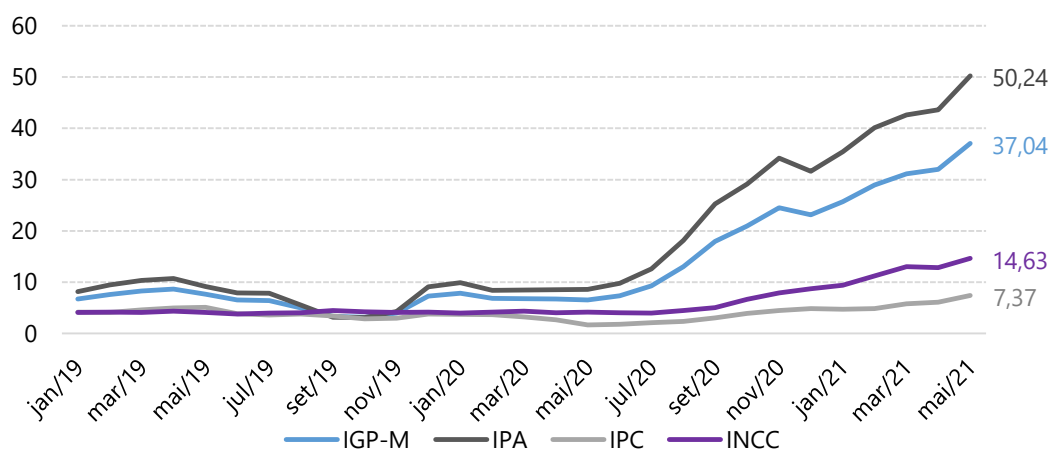
³⁰ Veja mais em <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2021/06/22/crise-hidrica-pode-segurar-o-pib-agricola.ghtml>.

Portanto, o encarecimento das tarifas de energia elétrica, via mudança nas bandeiras tarifárias e o acionamento de fontes de geração mais cara, como por exemplo as termelétricas, colocam um desafio para atividade econômica para o 2º semestre de 2021, ao agravar os custos de produção. Para evitar um racionamento de energia, o ajuste desse choque de oferta ocorrerá via preços. Esse fato pode afetar a capacidade produção de diversos setores e o repasse desses custos para o consumidor final vai depender do tipo de produto³¹ e de possíveis ações governamentais para mitigar o choque de oferta.

Outro importante indicador de inflação, o Índice Geral de Preços (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), contribui para captar a variação de preços em relação a outros agentes/canais na economia.

O IGP-M teve um aumento de 37,04% no acumulado em 12 meses, puxado pela aceleração dos preços no atacado (Índice de Preços ao Produtor Amplo – IPA)³², que registrou alta de 50,24% no período. Os demais índices que compõem o IGP-M, o Índice de Preço ao Consumidor (IPC) e o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), também têm apresentado aceleração inflacionária, não tão forte quanto ao IPA, nos últimos 12 meses.

Gráfico 16 – IGP-M e seus componentes – Variação (%) acumulada em 12 meses



Fonte: FGV e LCA Consultores.
Elaboração: Ideies/Findes.

A evolução do IGP-M e seus componentes pode ser analisado conjuntamente com o índice de commodities (IC-Br) divulgado pelo Banco Central, visto que o índice geral de preços é mais sensível que o índice de preço ao consumidor às oscilações dos preços de commodities e da taxa de câmbio.

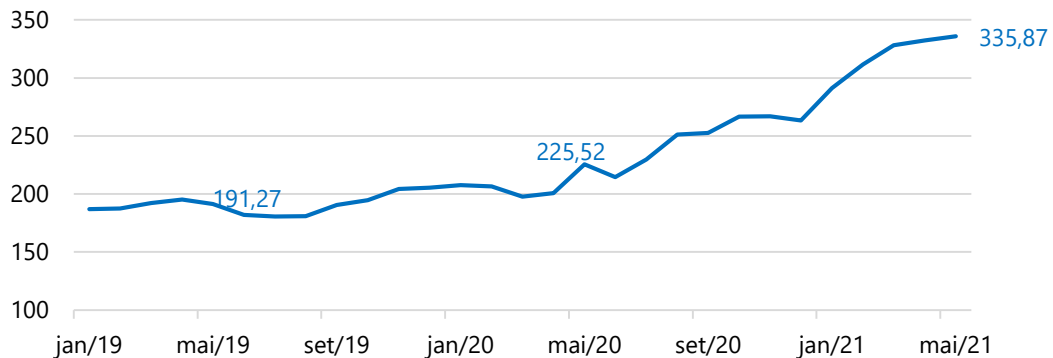
O IC-Br exprime a média mensal ponderada dos preços em reais das commodities relevantes para a dinâmica da inflação brasileira³³. Nos últimos 12 meses, o IC-Br apresentou uma alta de 48,93%, passando de uma média de R\$ 225,52 em maio de 2020 para uma média de R\$ 335,87 em maio de 2021.

³¹ O repasse ou não dos custos mais elevados da energia elétrica vai depender da elasticidade da demanda de determinado produto ao preço. Caso um produto tenha uma demanda inelástica ao preço, como remédios, a demanda por esse produto será menos sensível em relação ao preço e, portanto, o repasse tenderá ser maior.

³² O IPA representa 60% no IGP-M. O IPC e o INCC têm pesos de, respectivamente, 30% e 10% no cálculo do IGP-M.

³³ De acordo com o Banco Central, o IC-Br agrega de forma ponderada os indicadores relativos aos segmentos Agropecuária, Metal e Energia. O indicador Agropecuária engloba carne de boi, algodão, óleo de soja, trigo, açúcar, milho, café, arroz, carne de porco, suco de laranja e cacau. O segmento Metal contempla alumínio, minério de ferro, cobre, estanho, zinco, chumbo, níquel, ouro e prata. O segmento Energia inclui petróleo Brent, gás natural e carvão.

Gráfico 17 – Evolução do Índice de Commodities (IC-Br) | Cotação média em R\$



Fonte: BCB.

Elaboração: Ideies/Findes.

Após apresentar uma tendência de depreciação entre o final do ano passado e março de 2021, a taxa de câmbio nominal voltou a ter uma tendência de apreciação. Para o mês de maio, a cotação média foi de R\$/US\$ 5,29 e, para o mesmo mês de 2020, a média da taxa de câmbio

nominal foi de R\$/US\$ 5,64, representando uma depreciação nominal de 6,24%. Em junho, a taxa de câmbio ficou abaixo de R\$/US\$ 5,00 pela primeira vez nos últimos 15 meses, ao registrar R\$/US\$ 4,92 no dia 25 de junho.

Gráfico 18 – Evolução da taxa de câmbio nominal | (R\$/US\$)



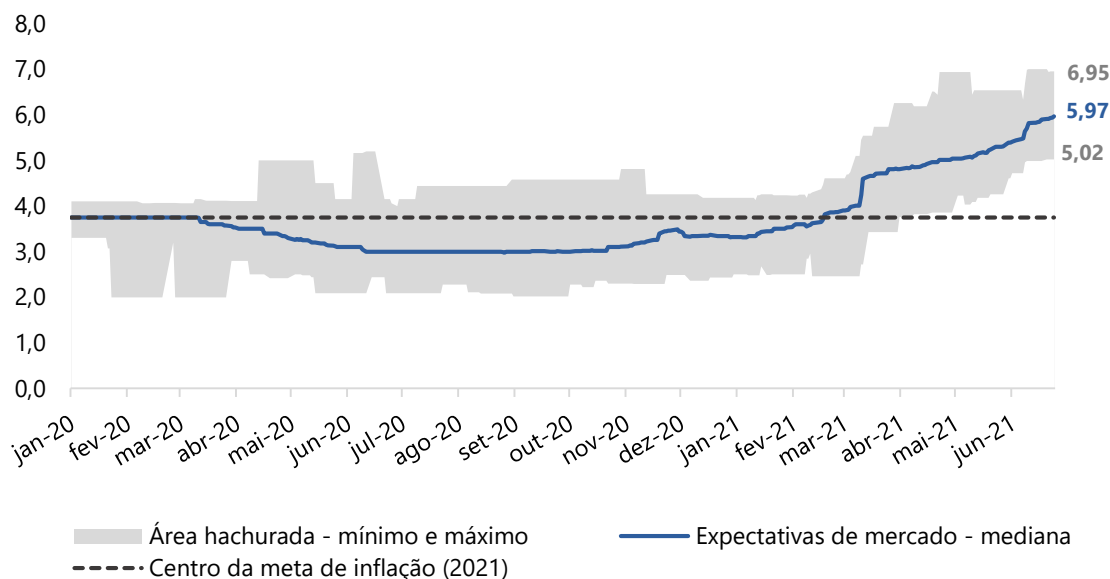
Fonte: BCB.

Elaboração: Ideies/Findes.

Diante desse cenário de aumentos dos preços monitorados e alta no preço das commodities, de acordo com o último Relatório Focus, do dia 25 de junho de 2021, o mercado espera que a inflação oficial do país feche o ano de 2021 em 5,97%, ficando acima do centro

da meta de inflação (3,75%) e do limite superior (5,25%). Desde março a mediana das expectativas de inflação têm apresentado elevação, sendo a 11ª alta semanal consecutiva.

Gráfico 19 – Mediana da expectativa de mercado para o IPCA de 2021 – Variação (%) anual



Fonte: BCB.

Elaboração: Ideies/Findes.

Ainda em relação à inflação, neste mês, o Banco Central (BC) divulgou o Relatório de Inflação Trimestral³⁴. O BC expõe que a surpresa inflacionária ocorreu da significativa apreciação da moeda brasileiro desde março, que foi em grande parte compensada pelo aumento generalizado dos preços das commodities. A autoridade monetária também chama atenção para a deterioração do cenário hídrico e o acionamento da bandeira tarifária vermelha patamar 1 em maio, exercendo uma maior pressão na conta de energia elétrica.

As projeções de curto prazo no cenário básico do Copom consideram variações de 0,62%, 0,39% e 0,26% para os meses de junho, julho e agosto, respectivamente. Caso esse cenário se concretize, o IPCA em 12 meses passaria de 8,06% em maio para 8,50% no acumulado dos últimos 12 meses até agosto. Assim, a previsão é de que a inflação não ceda até o oitavo mês do ano, ficando 3,25 p.p. acima do limite superior da meta de inflação.

Na reunião dos dias 15 e 16 de junho, o Copom elevou em 0,75 ponto percentual a taxa Selic, para 4,25% e se comprometeu em realizar outro ajuste de mesma magnitude em agosto, além de reafirmar o compromisso com a meta de inflação e uma redução mais tempestiva dos estímulos monetários para o patamar neutro da taxa básica de juros da economia³⁵, ressaltando que não há compromisso com a posição adotada

Dessa forma, o Copom informou que continuará o processo de normalização da taxa de juros, compatível com a convergência da inflação para a meta no horizonte relevante, que inclui o ano de 2022, e que “os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados para assegurar o cumprimento da meta de inflação”. Ou seja, na hipótese de “deterioração das expectativas de inflação para o horizonte relevante”, o Comitê atuará de forma mais severa, com um aumento da taxa de juros mais forte, para garantir a ancoragem das expectativas dos agentes econômicos.

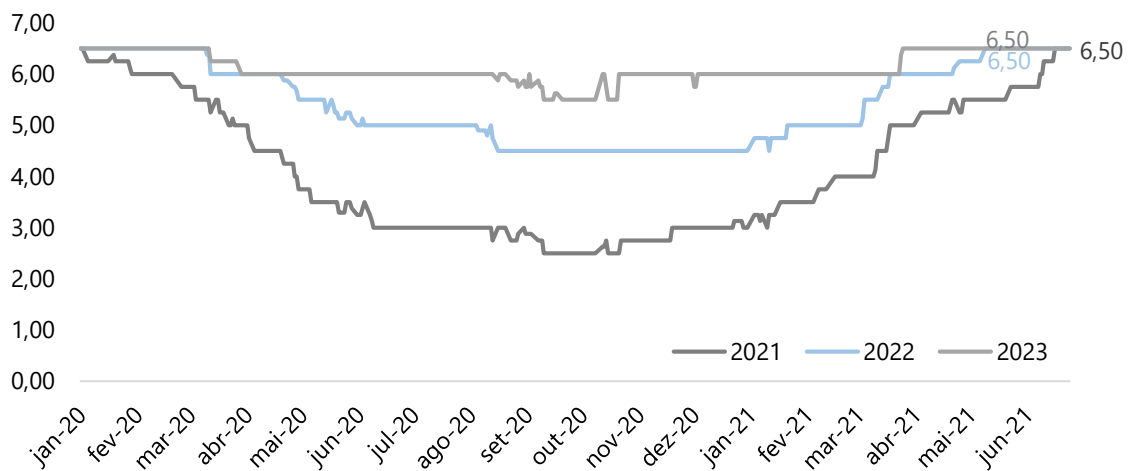
Ademais, o Comitê destacou que “a persistência da pressão inflacionária revela-se maior que a esperada, sobretudo entre os bens industriais. Adicionalmente, a lentidão da normalização nas condições de oferta, a resiliência da demanda e implicações da deterioração do cenário hídrico sobre as tarifas de energia elétrica contribuem para manter a inflação elevada no curto prazo, a despeito da recente apreciação do Real”. Além disso, o Copom informou que o ajuste da taxa de juros é compatível com “objetivo fundamental de estabilização de preços” e com a “suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego”.

Após o posicionamento do Copom, os especialistas do mercado ajustaram as suas projeções para o fechamento da taxa Selic em 2021 e, de acordo com o último Focus, esperam que a taxa de juros termine o ano em 6,50%, sendo o mesmo patamar para os anos 2022 e 2023.

³⁴ Veja mais em <https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/202106/ri202106p.pdf>.

³⁵ Veja mais em <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascopom> e <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/17422/nota>.

Gráfico 20 – Mediana da expectativa de mercado para a taxa Selic – Variação (%) anual

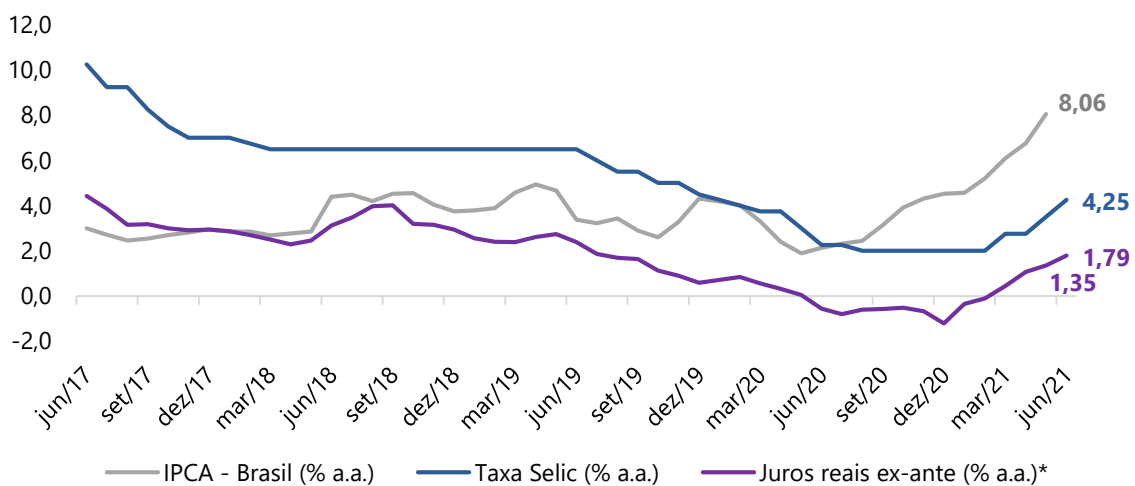


Fonte: BCB.
Elaboração: Ideies/Findes.

No que se refere à taxa de juros reais da economia, em maio de 2021 os juros reais ficaram em 1,35% em maio e, para os dados disponíveis no mês junho, a média dos juros reais ficou em 1,79%, entre os dias 01 e 25 do mês. Com a expectativa de uma inflação no curto

prazo em níveis mais elevados e a Selic aumentando, os juros reais ex-ante da economia brasileira voltaram a registrar taxas positivas a partir de março de 2021, as quais estavam em território negativo desde junho de 2020.

Gráfico 21 – Evolução do IPCA, da taxa Selic e dos juros reais* no Brasil



(*) Juros Reais Ex-ante ≈ Swap Pré-DI (360 dias) – Inflação (expectativa mediana para os próximos 12 meses).

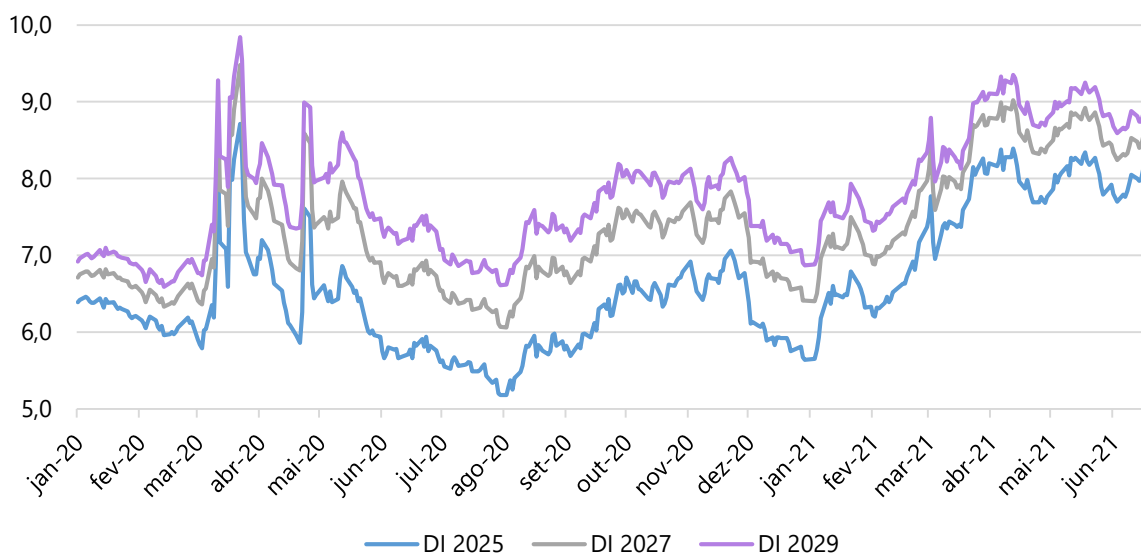
Fonte: BCB e LCA Consultores.

Elaboração: Ideies/Findes.

Em relação ao comportamento da curva de juros de longo prazo no Brasil, as taxas futuras dos contratos de DI para os anos de 2025, 2027 e 2029 têm apresentado tendência de alta desde o início do ano. Até o dia 22 de

junho de 2021, a taxa DI 2025 estava em 8,23% a.a. Em dezembro de 2020, a taxa DI de um contrato para janeiro de 2025 foi de 5,98% ao ano em média.

Gráfico 22 – Curva de juros futuros – Taxa DI (%)



Fonte: B3 e LCA Consultores.
Elaboração: Ideies/Findes.

O mercado de crédito brasileiro registrou R\$ 4,1 trilhões no saldo da carteira de crédito em abril de 2021, alta de 0,5% em relação a março de 2021 e de 15,1% quando comparado ao estoque de crédito de abril de 2020.

A carteira de crédito para pessoas físicas alcançou R\$ 2,3 trilhões, crescimento de 1,0% na variação mensal, sendo o décimo primeiro mês consecutivo de alta. Na comparação com abril de 2020, o crédito para as famílias cresceu 14,3%.

O crédito para as empresas, por sua vez, atingiu R\$ 1,8 trilhão, ficando estável (0,0%) na análise mensal. A estabilidade de abril foi resultado da queda de -0,3% do montante de crédito para as grandes empresas na passagem de março para abril. Para as Micros, Pequenas e Médias empresas (MPME), o volume de crédito teve alta de 0,4%. Na variação interanual, o crédito total às empresas manteve o ritmo de expansão de dois dígitos iniciado em maio de 2020, com alta de 16,1% em abril de 2021, com destaque para o crescimento observado do crédito para as MPME (35,8%).

Quando analisado por tipo de recursos, o mercado de crédito com recursos livres no mês de abril de 2021 se elevou em 0,7% na comparação com o mês

imediatamente anterior, impactado pelo aumento das operações de crédito às famílias (0,9%). A carteira de crédito direcionado aumentou 0,3% na análise mensal, explicada pelo crescimento deste segmento às famílias, visto que o montante de crédito direcionado às empresas registrou queda de -0,6%.

No Espírito Santo, o saldo das operações de crédito em abril totalizou R\$ 66,7 bilhões, crescimento mensal de 5,6%. Esta é a décima alta consecutiva, influenciada pelo aumento na carteira de crédito às empresas (11,5%), que alcançou R\$ 31,5 bilhões. O crédito às famílias ficou em R\$ 35,1 bilhões em abril aumento de 0,9% na comparação com março. Na análise interanual, o mercado de crédito capixaba continuou em expansão³⁶, com uma variação de 20,4% em relação ao mesmo mês de 2020.

As estatísticas do mercado de crédito mostram que, após um ano da pandemia de Covid-19 no país, o montante de crédito às empresas capixabas teve um expressivo crescimento (30,7%), superior a variação observada para o total do Brasil (16,1%), na esteira dos programas governamentais creditícios para combater os impactos da pandemia e auxiliar às empresas na retomada das suas atividades econômicas.

³⁶ Em 2021, o mercado de crédito no Espírito Santo continuará a ser um fator importante para impulsionar a retomada econômica no estado, e as medidas de facilitação de acesso ao crédito serão relevantes para reduzir os impactos da pandemia sobre o setor produtivo capixaba.

Tabela 9 – Variações (%) e saldos da carteira de crédito, por tipo de tomador - Brasil e Espírito Santo

Saldo da Carteira de Crédito	Abril de 2020			Março de 2021			Abril de 2021		
	Varição no mês (%)	Varição Interanual (%)	Saldo R\$ (Bilhões)	Varição no mês (%)	Varição Interanual (%)	Saldo R\$ (Bilhões)	Varição no mês (%)	Varição Interanual (%)	Saldo R\$ (Bilhões)
Brasil									
Credito Total	0,0	9,6	3.585,0	1,5	14,5	4.104,4	0,5	15,1	4.126,0
Pessoa Jurídica	1,3	9,6	1.555,7	1,9	17,6	1.806,0	0,0	16,1	1.805,6
Micro, Pequena e Média (MPMe)	0,2	7,1	552,6	1,6	35,5	747,3	0,4	35,8	750,6
Empresas de grande porte	1,9	11,0	1.003,1	2,2	7,6	1.058,7	-0,3	5,2	1.055,0
Pessoa Física	-1,0	9,5	2.029,4	1,2	12,2	2.298,4	1,0	14,3	2.320,4
Recursos Livres	-0,5	17,3	2.099,4	1,9	13,4	2.379,3	0,7	14,1	2.395,1
Pessoa Jurídica	1,5	24,8	993,8	2,9	14,6	1.122,6	0,3	13,4	1.126,5
Pessoa Física	-2,2	11,3	1.105,6	1,1	11,2	1.256,6	0,9	14,7	1.268,5
Recursos Direcionados	0,7	0,2	1.485,6	0,9	16,9	1.725,1	0,3	16,5	1.731,0
Pessoa Jurídica	1,0	-9,9	561,8	0,3	22,8	683,4	-0,6	20,9	679,1
Pessoa Física	0,5	7,5	923,8	1,3	13,3	1.041,7	1,0	13,9	1.051,9
Espírito Santo									
Credito Total	0,9	11,1	55,4	4,6	14,9	63,1	5,6	20,4	66,7
Pessoa Jurídica	3,5	20,4	24,1	9,0	21,3	28,3	11,5	30,7	31,5
Pessoa Física	1,1	4,7	31,3	1,3	10,2	34,8	0,9	12,4	35,1

Nota: Variação ao mês refere-se à comparação ao mês imediatamente anterior. Variação Interanual é a comparação do mês de referência contra o mesmo mês do ano anterior.

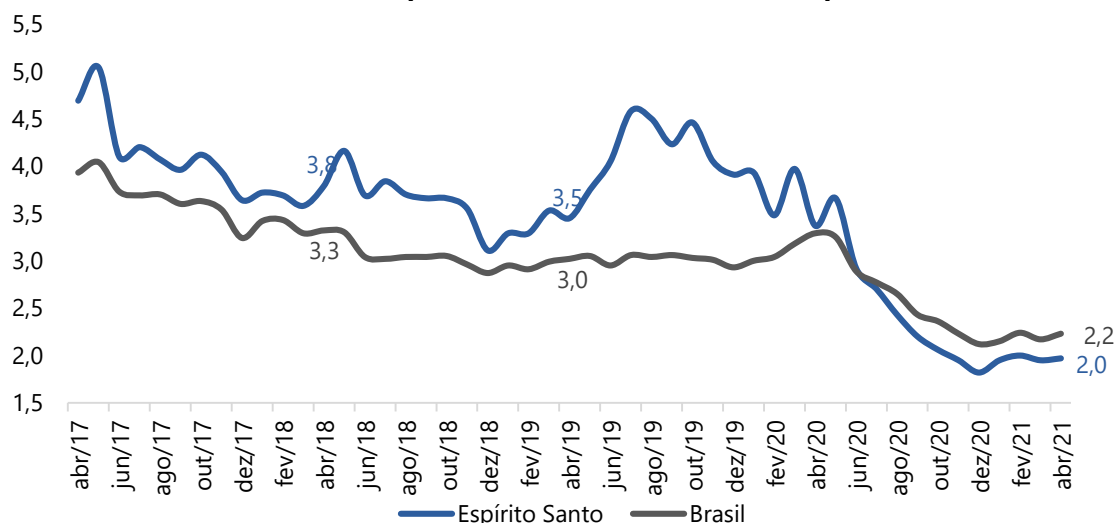
Fonte: Banco Central.

Elaboração: Ideies / Findex.

Em abril de 2021, a taxa de inadimplência das operações de crédito no Brasil³⁷ alcançou 2,2%, mantendo-se praticamente estável em relação ao resultado de março de 2021. No Espírito Santo, a taxa de inadimplência teve

uma ligeira alta na passagem de março (1,95%) para abril (1,97%) de 2021. O aumento de 0,02 p.p. foi influenciado pela taxa de inadimplência dos empréstimos às famílias (2,72%), que registrou uma alta de 0,08 p.p.

Gráfico 23 – Taxa de inadimplência da carteira de crédito - Espírito Santo e Brasil



Fonte: Banco Central

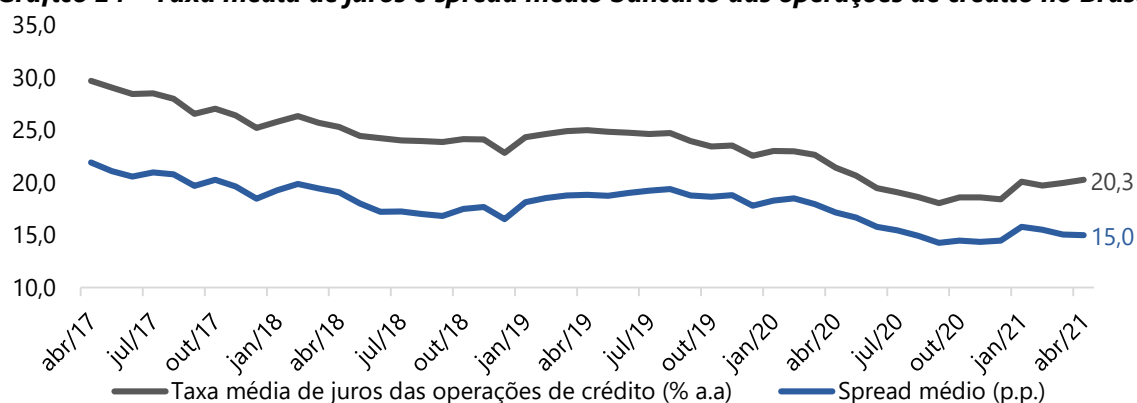
Elaboração: Ideies / Findex

³⁷ Em dezembro de 2020, os atrasos superiores a 90 dias registraram o menor valor da série histórica (2,1%), iniciada em março de 2011, em razão da postergação de pagamentos e renegociações de parcelas de empréstimos em diversas modalidades de crédito realizadas durante a pandemia.

No que refere aos custos do crédito, a taxa média de juros aumentou 0,3 p.p. em abril, ao passar de 20,0% a.a. para 20,3% a.a. Essa elevação foi puxada pelas taxas de juros cobradas nas operações de crédito das empresas, que passou de 12,1% para 12,8%. A taxa de juros das operações de crédito às famílias teve um ligeiro aumento de 0,07 p.p. e ficou em 25,07% no mês de abril.

Já o spread bancário médio total, que mede a diferença entre a taxa média de juros das novas operações de crédito contratadas e o custo de captação referencial médio, situou-se em 15,0 p.p. em abril de 2021, redução de -0,08 p.p. na comparação com março de 2021. O spread bancário médio total registrou a terceira queda consecutiva mensal e foi influenciada, principalmente, pela recuo do spread médio das operações de crédito às famílias que ficou em 20,2 p.p., redução de -0,3 p.p.

Gráfico 24 – Taxa média de juros e spread médio bancário das operações de crédito no Brasil



Fonte: Banco Central.
Elaboração: Ideies / Findes.

Com relação às taxas médias de juros cobradas pelos principais bancos do país, na comparação dos dados da primeira semana de junho em relação à primeira semana de maio de 2021, observa-se aumento na média total das taxas de juros ao ano nas modalidades de capital de giro e adiantamento sobre contrato de câmbio. Nas modalidades de capital de giro de mais longo prazo (acima de 365 dias), conta garantida e desconto de

duplicadas, as médias totais das taxas de juros ao ano recuaram na primeira semana de junho. No Espírito Santo, as taxas médias de juros (ao mês e ao ano) cobradas pelo Banestes³⁸ para as modalidades de capital de giro de longo prazo e descontos de duplicatas diminuíram, na mesma base comparativa. A única modalidade de crédito que teve seus custos elevados ao mês e ao ano foi a de conta garantida.

Tabela 10 - Taxas médias de juros cobradas pelas principais instituições financeiras do varejo - Pessoa Jurídica

Período Analisado: de 01/06/2021 a 08/06/2021

Instituição	Capital de Giro até 365 dias		Capital de Giro superior 365 dias		Conta Garantida		Desconto de Duplicatas		Adiantamento sobre Contrato Câmbio	
	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.
Banco do Brasil	1,5	19,0	1,4	17,6	2,2	29,6	1,1	14,3	0,2	2,3
Caixa Econômica	1,7	22,0	1,2	15,4	-	-	1,8	23,8	0,4	5,1
Santander	3,1	43,8	2,0	27,1	2,2	29,6	0,7	8,6	0,4	4,2
Itaú-Unibanco	1,3	16,7	1,1	14,4	2,9	40,6	1,1	14,4	0,3	3,5
Bradesco	1,5	19,3	1,4	18,5	2,8	39,8	0,8	9,8	0,1	1,5
Banestes	2,6	35,5	1,8	24,4	2,5	34,2	2,0	27,4	-	-
Média Total	1,80	24,1	1,4	18,6	2,5	34,9	1,1	14,2	0,3	3,3
Varição Banestes*	-	-	-0,9	-14,2	0,1	2,1	-0,2	-2,4	-	-
Varição média total*	0,1	1,6	0,0	-0,5	-0,1	-0,9	-0,1	-1,1	0,0	0,3

* Variação de p.p. em comparação com as taxas do período de 03/05/2021 a 07/05/2021.

Fonte: Instituições Financeiras / Banco Central - Elaboração: Depecon / Fiesp & Ideies / Findes

³⁸ O Banestes concedeu mais de R\$ 604,1 milhões em créditos emergenciais para empresas capixabas de todos os portes e microempreendedores para o enfrentamento da pandemia da Covid-19, em um total de 17,5 mil operações. Além disso, o Banestes já renegociou mais de R\$ 583 milhões em contrato de crédito. Veja mais informações em https://banestes.com.br/informes/2021/2021_06_08_01.html.

5. Finanças Públicas Estaduais

Finalizado em abril o primeiro quadrimestre do ano, os governos estaduais apresentaram os demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Entre eles, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), que permite acompanhar as movimentações orçamentárias dos Poderes, e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), que demonstra suas respectivas despesas.

Um dos indicadores do RREO mais usados para acompanhar se os níveis de gastos dos entes estão compatíveis com suas arrecadações é o resultado primário. Ele é obtido por meio da diferença entre as receitas e as despesas primárias³⁹. A partir desse indicador é possível observar se a arrecadação estadual é suficiente para manter a máquina pública.

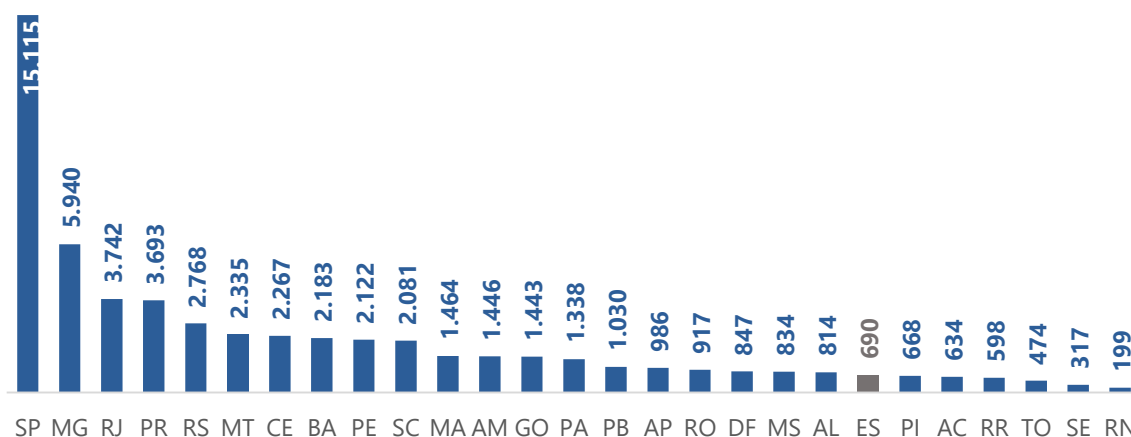
No acumulado até abril de 2021, todas as 27 unidades federativas apresentaram superávit primário. O maior resultado positivo foi

registrado em São Paulo (R\$ 15,1 bilhões), seguido de Minas Gerais (R\$ 5,9 bilhões). O Espírito Santo apresentou saldo primário positivo de R\$ 690,0 milhões.

Os superávits em todas as unidades federativas podem ter sido influenciados pelas receitas de ICMS do conjunto dos estados, que resistiram à segunda onda de Covid-19, entre os meses de fevereiro e abril desse ano, e aumentaram. Entre janeiro e abril 2021, a arrecadação do principal tributo dos estados cresceu 11,9% em relação a 2020 e 9,2% ante 2019, em termos reais⁴⁰, no conjunto das unidades federativas.

No Espírito Santo, o crescimento da arrecadação de ICMS, no acumulado de janeiro a abril de 2021, foi de 9,3% em relação a 2020 e 7,8% em relação a 2019.

Gráfico 25 - Resultado Primário das Unidades da Federação – 1º quadrimestre de 2021 (em R\$ milhões)



Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Siconfi/STN
Elaboração: Ideies / Findes

Na análise da série histórica de resultado primário do 1º quadrimestre é possível perceber que o Espírito Santo

apresenta sucessivos resultados positivos desde 2015.

³⁹ Receitas e despesas primárias significam que não são decorrentes de atividade financeira. Por isso, exclui-se das contas o pagamento e o recebimento de juros.

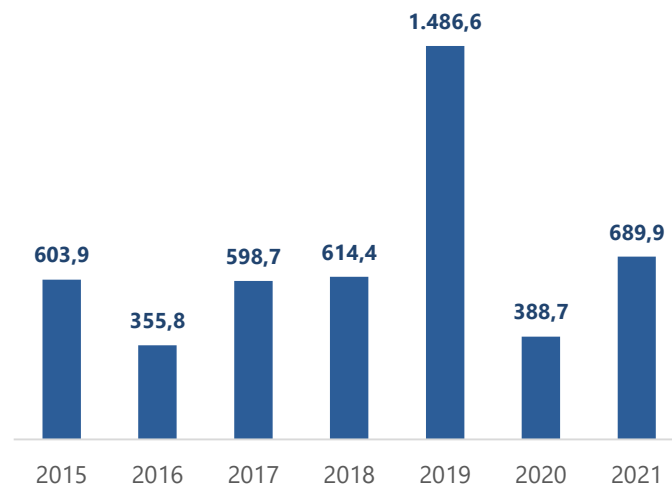
⁴⁰Em termos reais, as receitas estaduais de ICMS somaram R\$ 248,9 bilhões de janeiro a abril de 2021 no Brasil. Em 2019 e 2020, os valores foram, respectivamente, de R\$ 227,8 e R\$ 222,3 bilhões. Dados do Conselho Nacional de Política Fazendária: <https://www.confaz.fazenda.gov.br/boletim-de-arrecadacao-dos-tributos-estaduais>.

Outro importante indicador do RREO é o resultado nominal. Diferente do primário, ele considera os gastos e receitas financeiras do ente. Um superávit nominal corresponde a uma diminuição da dívida pública, enquanto o déficit, um aumento. Portanto, através deste indicador, é possível verificar a variação da dívida pública de cada ente no período analisando.

No primeiro quadrimestre de 2021, os maiores superávits nominais foram do Rio de Janeiro (R\$ 18,0 bilhões) e São Paulo (R\$ 17,2 bilhões). O Espírito Santo também apresentou um resultado positivo, indicando uma redução de R\$ 740,0 milhões do endividamento nos primeiros quatro meses do ano.

Grande parte dos estados apresentaram superávit nominal, apenas Piauí (-R\$ 6,0 milhões), Goiás (-R\$ 148,0 milhões) e Rio Grande do Sul (-R\$ 558,0 milhões) tiveram déficit e um consequente aumento do endividamento público.

Gráfico 26 - Resultado Primário no 1º quadrimestre de cada ano - Governo do Estado do Espírito Santo, 2015-2021 (em R\$ milhões)

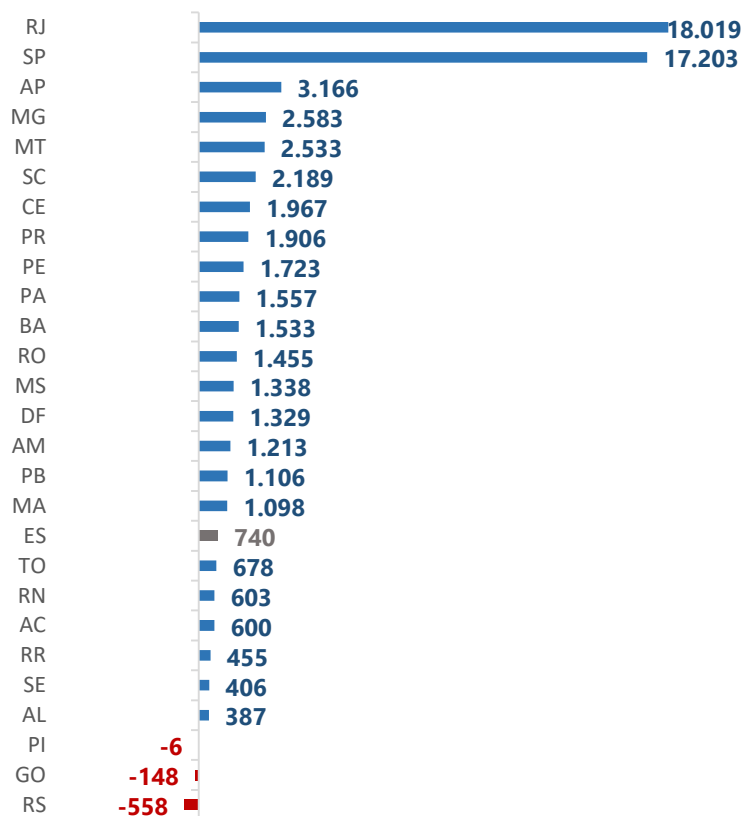


Nota 1: Valores atualizados pelo IPCA de abril/2021

Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Siconfi/STN

Elaboração: Ideies / Findes

Gráfico 27 - Resultado nominal das Unidades da Federação – 1º quadrimestre de 2021 (em R\$ milhões)



Nota: Resultado Nominal "abaixo da linha", em que um valor positivo indica redução da dívida consolidada líquida em comparação ao último quadrimestre do ano anterior.

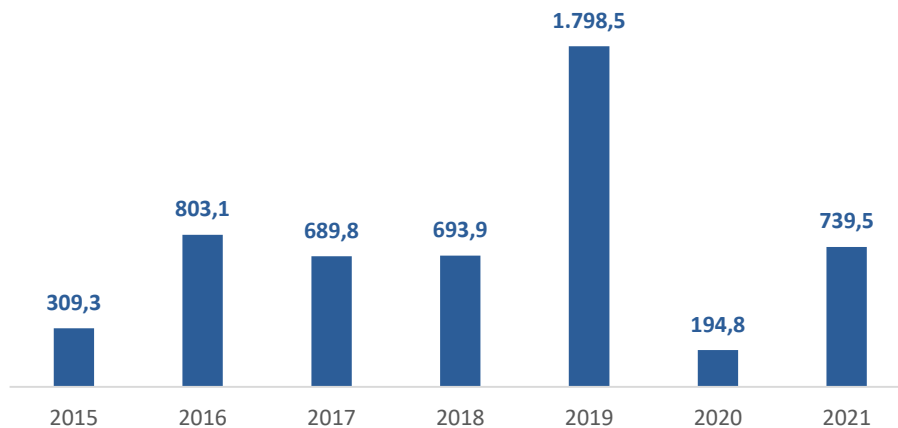
Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Siconfi/STN

Elaboração: Ideies / Findes

Para os 1^{os} quadrimestres dos últimos anos, os resultados nominais do Espírito Santo têm sido, sistematicamente, superavitários. Na série a partir de 2015, o maior valor foi o

de 2019, em que houve uma redução de R\$ 1,7 bilhão da dívida consolidada líquida.

Gráfico 28 - Resultado Nominal no 1º quadrimestre de cada ano - Governo do Estado do Espírito Santo, 2015-2020 (em R\$ milhões)



Nota 1: Resultado Nominal “abaixo da linha”, em que um valor positivo indica redução da dívida consolidada líquida em comparação ao último quadrimestre do ano anterior.

Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Siconfi/STN

Elaboração: Ideies / Findes

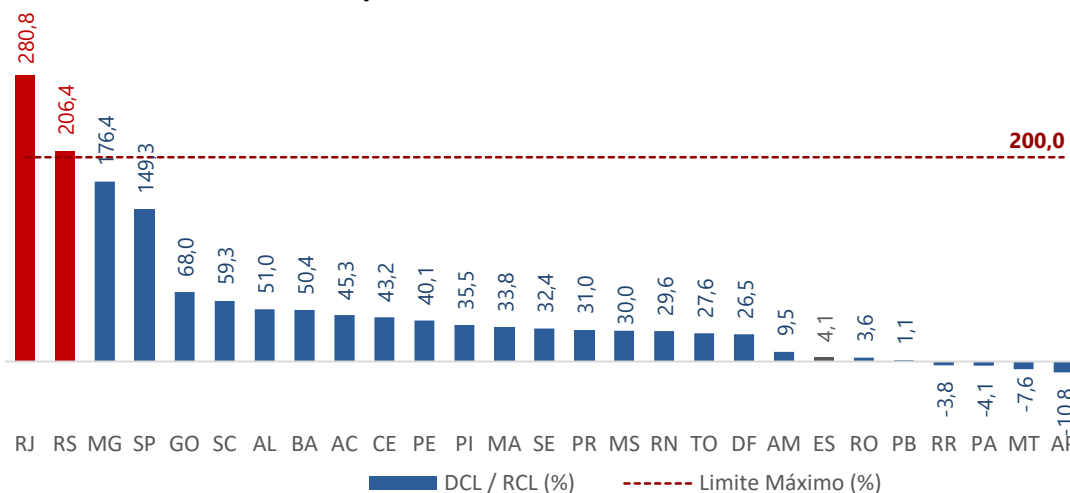
Para monitorar o quanto o estado precisa arrecadar para cobrir a dívida contraída, é realizada uma relação da DCL com a Receita Corrente Líquida (RCL). Para utilizar esse indicador (DCL/RCL) como um parâmetro da saúde fiscal do ente, o Senado Federal estabeleceu que as dívidas estaduais deveriam ser inferiores a 200% da RCL arrecadada nos últimos 12 meses.

Apenas Rio de Janeiro (280,8%) e Rio Grande do Sul (206,4%) estão atuando em patamares superiores ao limite estabelecido para a relação DCL/RCL.

O Espírito Santo tem a 7º menor dívida como proporção da Receita Corrente Líquida, alcançando 4,1%, no primeiro quadrimestre de 2021.

Para o cálculo da Dívida Consolidada Líquida, é descontado da dívida consolidada as disponibilidades de caixa dos entes. Por isso, é possível que o indicador registre valores negativos, como foi o caso de Roraima, Pará, Mato Grosso e Amapá.

Gráfico 29- Dívida Consolidada Líquida como proporção da Receita Corrente Líquida – 1º quadrimestre de 2021 (em %)



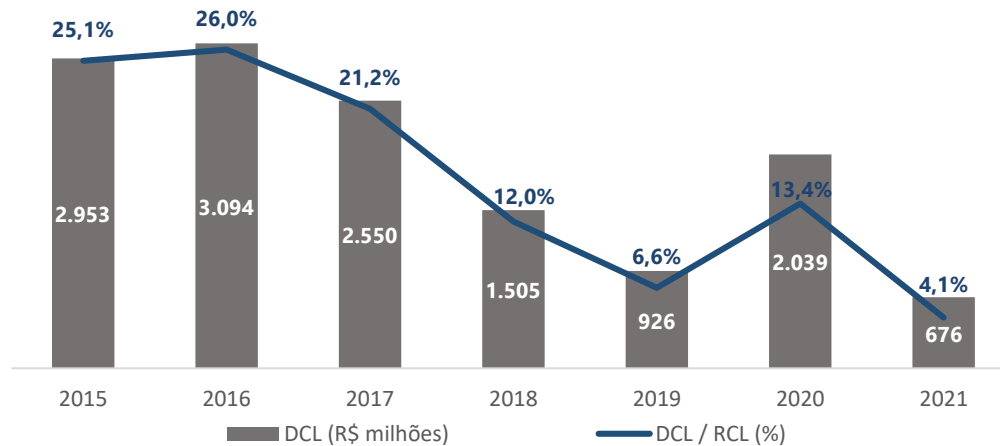
Fonte: Relatório de Gestão Fiscal - Siconfi/STN

Elaboração: Ideies / Findes

Desde 2016, esse indicador vem apresentando sucessivas quedas no Espírito Santo. No entanto, em 2020, houve uma reversão nessa tendência e o estado acumulou uma dívida de R\$ 2,0 bilhões no primeiro quadrimestre.

Em 2021, o Espírito Santo acumulou dívida corrente líquida de R\$ 676,0 milhões, que corresponde ao menor valor, em termos reais, para o primeiro quadrimestre desde 2015.

Gráfico 30 - Dívida Consolidada Líquida no 1º quadrimestre, em R\$ milhões e em % da RCL - Governo do Estado do Espírito Santo, 2015-2021

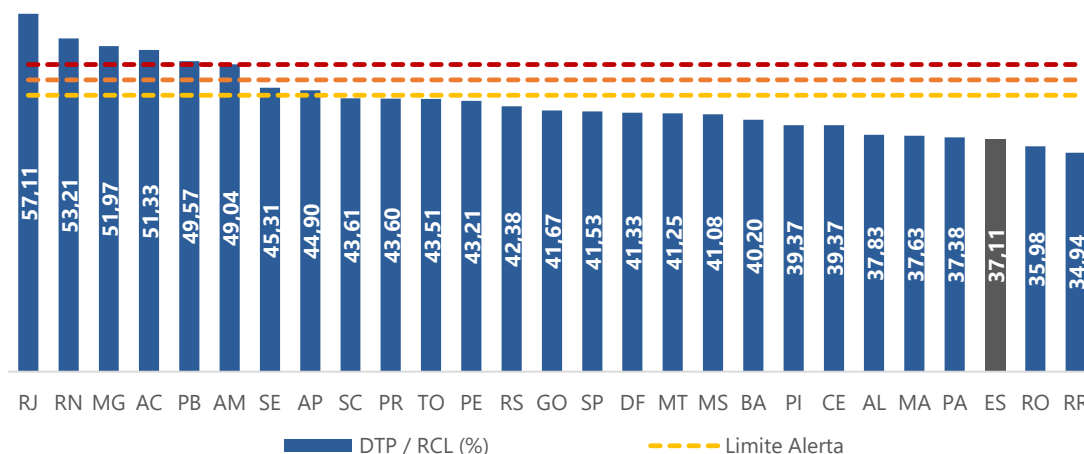


Nota: Valores atualizados pelo IPCA de Abril/2021
Fonte: Relatório de Gestão Fiscal - Sefaz/ES

Também previsto na LRF, outro importante indicador fiscal é a proporção das despesas com pessoal em relação a Receita Corrente Líquida. Segundo os parâmetros estabelecidos na lei, os gastos com pessoal ativo, inativo e terceirizado podem atingir o limite máximo de 49% da RCL, no caso do poder executivo estadual. O limite de alerta é atingindo com 44,10% e o limite prudencial com 46,55%.

No resultado apurado até o primeiro quadrimestre de 2021, 19 estados ficaram abaixo dos limites impostos pela LRF. O Espírito Santo apresentou o 3º melhor indicador de comprometimento com as despesas de pessoal, alcançando 37,1% da RCL.

Gráfico 31- Despesa Total com Pessoal / Receita Corrente Líquida - Unidades da Federação, 1º quadrimestre de 2021 (em %)



Nota: As despesas com pessoal incluem os restos a pagar não processados
Fonte: Relatório de Gestão Fiscal - Siconfi/STN
Elaboração: Ideies / Findes

Em seis estados as despesas com pessoal ultrapassaram o teto estabelecido na LRF: Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Acre, Paraíba e Amazonas. E Sergipe e o Amapá ficaram acima do limite prudencial.

O Espírito Sato tem mantido o compromisso em manter as despesas com pessoal abaixo dos limites estabelecidos pela legislação.

Tabela 11 - Detalhamento das Despesas com Pessoal e Receita Corrente Líquida - Poder Executivo Espírito Santo (em R\$ milhões)

Item	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Receita Corrente Líquida Ajustada (RCL)	14.585	14.108	14.316	15.420	13.772	16.275
Despesa Líquida com Pessoal	6.342	6.042	6.096	6.263	6.200	6.030
Pessoal Ativo	4.564	6.754	3.852	4.054	3.870	3.584
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.372	2.437	2.607	2.761	2.754	2.823
Outras Despesas de Contratos de Terceirização	281	186	168	187	179	176
(-) Despesas não Computadas	875	712	532	739	603	552
Inscritas em restos a pagar não processados	4	1	3	3	4	9
Despesa Total com Pessoal	6.345	6.042	6.098	6.266	6.204	6.040
Despesa Total com Pessoal / RCL (%)	43,51%	42,83%	42,60%	40,63%	45,04%	37,11%

Nota 1: valores atualizados pelo IPCA de dezembro/2019 Nota 2: As "Despesas não Computadas" incluem indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária; despesas de exercícios anteriores e decorrentes de decisão judicial de período anterior ao da apuração; despesas de inativos e pensionistas com recursos vinculados (§ 1º do art. 19 da LRF) Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal - Siconfi/STN Elaboração: Ideies / Findes

Ainda que as receitas tenham caído em 2020, em razão da pandemia de Covid-19 e as restrições impostas à circulação, essa queda foi acompanhada por uma redução nos gastos com pessoal. No entanto, essas diminuições não foram suficientes para que as despesas ficassem abaixo do limite de alerta no fechamento do ano passado. Essa foi a primeira vez, desde 2016, que as despesas com pessoal no Espírito Santo ultrapassaram algum dos limites da LRF.

Por sua vez, o que se observa em 2021 é uma queda da

despesa com pessoal e reversão do resultado do ano anterior. O percentual de comprometimento chegou a 37,1%, menor valor desde 2016. Essa redução está associada com a diminuição do gasto com pessoal ativo (-7,4%) e se deve, em grande parte, ao menor gasto que o estado tem incorrido com as obrigações patronais, consequência da aprovação da Lei Complementar nº 945/2020. A lei diminuiu de 22% para 14% a contribuição patronal mensal de todos os Poderes. No entanto, as despesas com inativos aumentaram 2,5% quando comparadas com o primeiro quadrimestre de 2020.

6. Comentários Finais

Os dados econômicos divulgados em junho apresentaram desempenho positivo da economia no 1º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano passado e em relação ao trimestre imediatamente anterior. O PIB do Brasil avançou 1,2% em relação ao 1º trimestre de 2020 e o IAE-Findes do Espírito Santo, que estima o PIB do estado, avançou 1,1% nessa comparação.

Outra informação que sustenta essa melhora da atividade econômica apesar do quadro sanitário do país é a arrecadação federal. No acumulado de janeiro a maio, o montante arrecadado pela Receita Federal totalizou

R\$ 755,7 bilhões, acréscimo real de 21,42% em relação ao mesmo período do ano passado. Mesmo que a base de comparação de 2020 esteja deprimida em função de prorrogação de prazos de recolhimentos e da contração da atividade econômica provocados pela pandemia no ano passado, o resultado arrecadatário até o momento para o ano de 2021 se demonstra o mais elevado na série histórica iniciada em 1995.

No Congresso, com o envio da segunda etapa da Reforma Tributária pelo Ministério da Economia, entre outras medidas, o governo propõe mudanças na

arrecadação do Imposto de Renda sobre Pessoa Física e alterações nas alíquotas de impostos incidentes sobre as pessoas jurídicas. Neste último ponto, uma das propostas é a instituição de taxa em 20% dos dividendos das empresas, contrabalanceado por uma redução de 5 p.p. no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

Outro assunto de destaque em junho ocorreu no campo da inflação e da taxa de juros. Os preços da economia mensurados pelo IPCA acumularam alta de 8,06% em 12 meses encerrados em abril, pressionados pelo aumento de 13,09% dos preços administrados, que inclui as altas

de 11,63% da energia elétrica residencial, 45,80% da gasolina e 24,05% do gás de botijão, entre outros itens de consumo. A expectativa para o próximo mês é de continuidade do aumento dos preços da energia elétrica em função do reajuste de 52% na bandeira tarifária vermelha 2 anunciado pela Aneel, em decorrência da atual escassez hídrica do país. Visando o compromisso com a meta de inflação, o Copom elevou em 0,75 p.p. a taxa Selic para 4,25% a.a., e sinalizou a possibilidade de outro reajuste de mesma magnitude na próxima reunião que acontecerá em agosto.

Anexo 1 - Números da vacinação contra a Covid-19 nos estados brasileiros

Estado	Total de doses recebidas	1ª dose aplicada	% população vacinada 1ª dose	% população adulta vacinada 1ª dose	2ª dose aplicada	% população vacinada 2ª dose	% população adulta vacinada 2ª dose	Dose única	Tamanho população total (milhões)
Acre	416.330	259.791	29,04%	43,3%	79.674	8,91%	13,5%		0,89
Alagoas	1.866.870	998.293	29,79%	42,0%	353.214	10,34%	15,0%	5.860	3,35
Amazonas	2.680.679	1.456.674	34,62%	51,6%	544.399	12,94%	19,2%		4,21
Amapá	396.580	188.938	21,92%	33,5%	66.138	7,68%	11,8%	52	0,86
Bahia	8.440.870	4.873.232	32,64%	44,9%	1.849.259	12,83%	17,7%	66.456	14,93
Ceará	4.963.818	3.171.907	34,53%	47,5%	1.097.612	12,45%	16,8%	46.442	9,19
Distrito Federal	1.662.900	980.982	32,11%	43,1%	339.524	11,62%	15,3%	15.499	3,06
Espírito Santo	2.677.830	1.569.626	38,62%	52,5%	550.056	14,14%	19,1%	24.599	4,06
Goiás	3.863.810	2.291.427	32,21%	43,3%	742.608	10,44%	14,0%		7,11
Maranhão	3.864.270	2.344.269	32,95%	48,2%	627.902	8,90%	13,0%	5.078	7,11
Minas Gerais	18.145.830	7.044.058	33,08%	43,4%	2.685.802	12,66%	16,4%	9.198	21,29
Mato Grosso do Sul	1.720.310	1.145.982	40,79%	56,5%	468.210	17,32%	23,6%	18.408	2,81
Mato Grosso	1.798.840	956.328	27,12%	38,4%	325.179	9,33%	13,0%	3.683	3,53
Pará	4.200.510	2.624.946	30,20%	43,1%	1.141.825	13,14%	18,8%		8,69
Paraíba	2.253.380	1.245.758	30,84%	41,9%	510.946	12,78%	17,3%	5.210	4,04
Pernambuco	5.267.280	3.071.018	31,93%	43,1%	1.072.768	11,63%	15,4%	46.082	9,62
Piauí	1.760.129	984.914	30,01%	42,4%	342.239	10,50%	15,0%	2.308	3,28
Paraná	7.202.160	4.297.033	37,31%	49,8%	1.323.254	11,70%	15,5%	24.451	11,52
Rio de Janeiro	11.631.486	4.772.249	27,48%	34,2%	1.768.420	10,18%	12,7%		17,37
Rio Grande do Norte	2.094.780	1.147.998	32,48%	43,9%	411.048	11,63%	15,7%		3,53
Rondônia	804.428	493.551	27,47%	37,6%	159.574	8,88%	12,2%		1,80
Roraima	326.190	152.866	24,22%	36,9%	64.767	10,26%	15,3%		0,63
Rio Grande do Sul	8.343.986	4.653.215	40,74%	53,2%	1.827.756	16,39%	21,3%	43.991	11,42
Santa Catarina	4.400.130	2.613.537	36,04%	46,4%	823.058	11,35%	14,6%		7,25
Sergipe	1.247.450	769.885	33,20%	47,0%	241.774	10,90%	15,2%	10.954	2,32
São Paulo	27.078.601	19.024.410	41,10%	54,4%	6.184.364	13,77%	17,9%	187.712	46,29
Tocantins	815.570	436.367	27,44%	39,5%	145.292	9,53%	13,5%	6.181	1,59

Nota: Levantamento dia 01/07/2021, com apurações referentes a 30/06/2021.

Fonte: Consórcio de veículos de imprensa.

Elaboração: Ideies / Findes.

BOLETIM ECONÔMICO CAPIXABA

Publicação do Ideies – Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo

ISSN 2595-9247

Entidade da Fines | Gerência de Estudos Econômicos

Revisão

Marcelo Barbosa Saintive

Sílvia Buzzone de Souza Varejão

Elaboração

Sumário Executivo – Jordana Teatini Duarte

Atividade Econômica – Jordana Teatini Duarte e Mayara Bertolani

Desempenho Industrial – Thais Maria Mozer

Preços, Juros e Crédito – Marcos Vinícius Chaves Morais

Finanças Públicas Estaduais – Rafael Almeida Leal

Comentários Finais – Jordana Teatini Duarte

Anexo de gráficos e tabelas – Rafael Almeida Leal

 (27) 3334-5689 |  ideies.org.br |  @ideies |  (27) 98818-2897

FINDES

IDEIES